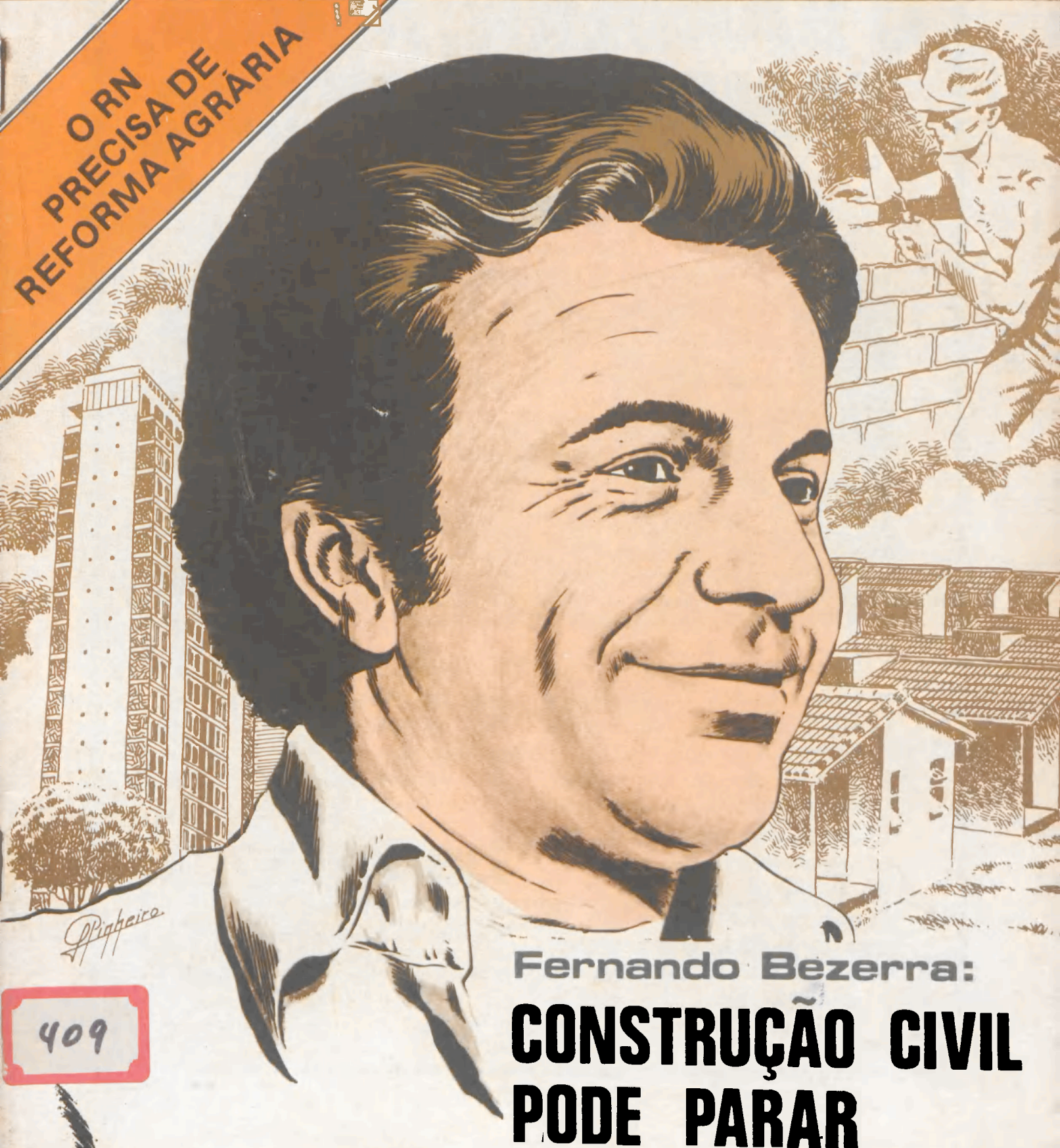


RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL PARA HOMENS DE NEGÓCIOS
ANO IX — N° 88 — Março/78 — Cr\$ 25,00

O RN
PRECISA DE
REFORMA AGRÁRIA



Fernando Bezerra:
**CONSTRUÇÃO CIVIL
PODE PARAR**

409

O BANDERN, AGORA, TAMBÉM EM RITMO DE SÃO PAULO



A partir de agora, você tem um representante em São Paulo: é o Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A.

Em menos de um ano o BANDERN facilitou os negócios dos norte-riograndenses nas três principais metrópoles do País: Rio, Brasília e São Paulo.

Utilize os nossos serviços de transferências, pagamentos, empréstimos, contactos, informações, etc.

Em matéria de dinheiro, quando você sabe com quem está falando, as coisas correm muito melhor.

Fale com o BANDERN.

bandern

Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A.

São Paulo: Rua Benjamim Constant, 177

Rio: Rua Buenos Aires, 59

Brasília: Ed. Oscar Niemeyer, Loja I,
Setor Comercial Sul.



Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Gerente Administrativo

Maurício Fernandes

Redatores

Rogério Cadengue
José Ari
Carlos Morais
Hélio Cavalcanti
Edilson Braga

Fotografias

João Garcia de Lucena

Fotocomposição

Antônio Barbalho
Vanda Fernandes

Diagramação

Fernando Fernandes

Consultores:

Alcir Vêras da Silva, Alvamar Furtado, Benivaldo Azevedo, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Domingos Gomes de Lima, Epitácio de Andrade, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Joanilson de Paula Rego, João Wilson M. Melo, Jomar Alecrim, Manoel Leão Filho, Moacyr Duarte, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otto de Brito Guerra, Severino Ramos Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão, Dom Antonio Costa, Jayme Santa Rosa, Dep. Paulo Gonçalves, Marco Antonio Rocha Cavalcanti, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues.

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC N° 08296320/0001-61 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone 231-3576. Composição e impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. CGC N° 08423279/0001-28 — Insc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, sal. o quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 25,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 200,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 30,00.

Rebanho do RN a caminho do extermínio.....	8
Como vai o gado limousin.....	15
Gráficas recorrem à Justiça contra o ICM.....	17
O renascimento de um bairro comercial.....	19
A partir de 78, o fim dos "projetos-caveiras".....	22
Cotonicultura: apesar de tudo, existe otimismo.....	28
Construção civil revela os seus problemas.....	30
O RN precisa de reforma agrária.....	34
UFRN forma mestres em administração.....	40
Exposição dos preços não beneficia o consumidor.....	44

Secções

Homens & Empresas.....	4
Página do Editor.....	7
Agenda do Empresário.....	21
Direito Econômico.....	46

AOS LEITORES

Em decorrência dos últimos aumentos nos nossos custos, somos forçados a elevar, a partir desta edição, o nosso preço de capa para Cr\$ 25,00 e o valor da assinatura anual para Cr\$ 200,00.

Aproveitamos a oportunidade para ainda comunicar a mudança dos nossos escritórios e redação para a sede própria da empresa, à Rua Dr. José Gonçalves, 687, bairro de Boa Sorte, Telefone 231-3576.

GUARARAPES DUPLICA FÁBRICA DE NATAL

Já foram iniciadas as obras de construção de novos galpões industriais das **Confecções Guararapes S/A**, em terreno anexo às instalações atuais. Haverá aumento de 24 mil metros quadrados de área construída, o que representa praticamente a duplicação da indústria. Dois mil novos empregos serão criados dentro de no máximo dois anos.

FATURAMENTO DE CR\$ 1,5 BILHÃO

Em 1978, as **Confecções Guararapes S/A** deverão alcançar o expressivo faturamento de Cr\$ 1,5 Bilhão, segundo estimativas seguras de **Nevaldo Rocha**, diretor-presidente da empresa. Isto significa um aumento de 50% nas vendas, com relação ao exercício de 1977. Por outro lado, **Guararapes** está distribuindo aos seus acionistas bonificações de 60% e dividendos de 7%, por conta dos resultados apurados no exercício anterior, quando foi registrado um lucro superior de Cr\$ 250 milhões.



Radir Pereira

A SERTANEJA ELEVA CAPITAL: 16 MILHÕES

Radir Pereira & Cia., empresa que reúne as 21 lojas de **A Sertaneja**, elevou neste início de ano o seu capital social para Cr\$ 16.200.000,00, o que representa um aumento percentual de 62% sobre o capital anterior. Depois da apuração do balanço da empresa, o seu diretor **Radir Pereira** parte para um giro de 40 dias pela Europa, com esposa e filha, a partir de abril.



Paulo Vasconcelos de Paula

REVELAÇÃO EMPRESARIAL

Tem sido tema de conversação das lideranças empresariais natalenses o excelente desempenho alcançado pelo jovem empresário **Paulo Vasconcelos de Paula** à frente da tradicional firma **Galvão Mesquita Ferragens S/A**. Paulo, com apenas 26 anos de idade, teve de assumir abruptamente a presidência do grupo **Galvão Mesquita**, diante da morte prematura do seu sogro **Hermita Cansanção**, em um acidente, há alguns meses. Sem experiência no mundo dos negócios, ele teve de se dedicar dia e noite à compreensão dos assuntos e dos problemas que teria de enfrentar em sua nova atividade. Liderando com habilidade a diretoria da empresa e recebendo dos mais antigos as lições da experiência, **Paulo Vasconcelos de Paula** soube atravessar todas as dificuldades com muita segurança e, já agora, se começa a sentir o efeito positivo do seu trabalho, pois ele de fato conseguiu dinamizar os negócios da empresa, abrindo novas filiais em outros bairros e aumentando substancialmente o volume de vendas. **Galvão Mesquita Ferragens S/A**, inclusive, já tem um novo slogan: **uma tradição que se renova**. Slogan que se justifica.

HENCIL VAI CONSTRUIR 300 APARTAMENTOS

A **HENCIL — Holanda Engenharia, Comércio e Indústria Ltda.** ganhou concorrência para construir sete edifícios para o **INOCOOP-RN**, que formarão um conjunto de 300 apartamentos. A obra está orçada em Cr\$ 60 milhões. A localização desses prédios será no bairro de Morro Branco, nas proximidades da Escola Técnica Federal.

ETAPA CONSTRUIRÁ CENTRO DE CONVENÇÕES

O secretário da Indústria, Comércio e Turismo do Estado, **Benivaldo Azevedo**, entregou à **ETAPA — Assessoria de Engenharia Ltda.**, empresa desconhecida no Rio Grande do Norte, a elaboração do projeto arquitetônico do **Centro de Convenções de Natal**. A atitude foi adotada em razão do boicote que os arquitetos locais fizeram, não apresentando propostas ao edital que abriu a concorrência pública para escolher o melhor projeto para a obra. **Benivaldo Azevedo** justificou a escolha dessa empresa por ter sido ela a autora do projeto do **Centro de Convenções do Piauí**. Acredita o secretário que esta obra será construída ainda no atual governo.

NOVOS INCENTIVOS PARA A POUPANÇA

Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, dirigente dos programas habitacionais do grupo **BANORTE**, anuncia uma série de medidas que a partir de abril darão novo impulso ao mercado da poupança. Acredita ele que, em tempo, as autoridades da área da economia observaram a necessidade de estimular os depositantes da caderneta de poupança, oferecendo vantagens reais, sob pena desses investidores buscarem outras áreas do mercado de capitais. Diz **Jorge** que, só o fato de se ter fixado em 8,75% o rendimento da caderneta neste primeiro trimestre do ano, já permitiu uma reação positiva da captação de depósitos.

UNIMED FIRMA PRIMEIRO CONTRATO

A **Cooperativa dos Médicos de Natal — UNIMED** — acaba de firmar o seu primeiro contrato de assistência médica com uma empresa. Coube ao grupo **Casas Porcino** a iniciativa de confiar à **UNIMED** toda a assistência aos seus dirigentes e empregados, conforme anuncia o presidente da Cooperativa, **Gley Nogueira Fernandes**. Já são ligados à **UNIMED** mais de 200 médicos do Estado, de todas as especialidades, o que dá aos associados condições de escolha mais ampla. Com o detalhe de que os beneficiários são atendidos nos próprios consultórios, como clientes particulares, sem filas e sem perda de tempo.

FRUTAL PODE FUNCIONAR LOGO

Alberto Benhayon, Benivaldo Azevedo e Jomar Alecrim, dirigentes da empresa FRUTAL — Frutas Tropicais S/A, estão acelerando a implantação dessa indústria que objetiva beneficiar e exportar castanha de caju. No ano passado, eles conseguiram junto ao Banco do Brasil financiamentos no valor de Cr\$ 15 milhões de cruzeiros e junto à COBEC — Companhia Brasileira de Entrepósitos Comerciais um empréstimo de Cr\$ 10 milhões, para capital de giro. Não será por falta de dinheiro que este projeto da SUDENE demorará a ser concluído.

GRUPO PORCINO TERÁ REVENDA FIAT EM MOSSORÓ

Os irmãos que formam o grupo Porcino já constituíram a empresa que será a concessionária dos automóveis Fiat, em Mossoró. Trata-se da POVEL — Porcino Veículos Ltda., que já adquiriu prédio com 2.000 metros quadrados de área coberta, na praça Ulrik Grafh, em pleno centro comercial da maior cidade do Estado. João Costa e Anchieta Costa, que comandam o empreendimento, afirmam que a POVEL terá loja para vendas, seção de peças e oficinas de manutenção com mecânicos treinados na própria fábrica Fiat.

SANTÔRRES TEM PLANO DE EXPANSÃO

Santôrres Comércio S/A, revendedor Mercedes-Benz na região Seridó do Rio Grande do Norte, encerrou o seu balanço de 1977 com o lucro líquido de Cr\$ 3.126.239,43. A grande meta da empresa para este ano é a construção de novas instalações na cidade de Patos (PB), onde Santôrres também atua no ramo automobilístico.

VOLSKAWAGEN LIDERA PREFERÊNCIA NO RN

As estatísticas apontam que os automóveis da linha Volkswagen são líderes absolutos de venda em Natal, dominando exatamente 55% do mercado. Gilson dos Santos Lima, diretor de Marpas S/A (principal revenda Volkswagen do Estado) dá essa informação com entusiasmo, afirmando que essa preferência vem atestar a boa qualidade dos veículos dessa marca e o alto índice de satisfação dos seus consumidores através dos anos.

RN PODERÁ SER AUTO-SUFICIENTE EM AÇÚCAR EM 78

Se se confirmar realmente um bom inverno este ano, o Rio Grande do Norte terá uma excelente safra de cana-de-açúcar, por conta do substancial aumento das áreas cultivadas. Para a próxima safra de açúcar, a previsão das usinas é produzir em torno de 1,5 milhão de sacos, cabendo à Usina Estivas 2/3 dessa produção. Como o consumo anual do Estado não atinge um milhão e meio de sacos, seremos a partir de 1978 auto-suficientes em açúcar.

TRANSAÇUCAREIRA VENDE AÇÚCAR DE ESTIVAS

A Usina Estivas S/A entregou a sua revenda de açúcar para o Norte do país à firma Transaçucareira Ltda., dirigida por Lélío dantas. Os maiores clientes em Belém, São Luís e Teresina têm sido as indústrias de refrigerantes, graças ao elevado grau de pureza do açúcar de Estivas. A direção da Coca-Cola no Brasil reconhece este açúcar como um dos melhores do país e recomenda o seu uso em todas as concessionárias desse refrigerante.

DANTAS GUEDES PRESENTE A REUNIÃO DA FAO

Francisco Dantas Guedes, diretor da CISAF — Comércio e Indústria de Fibras S/A, participou no início deste mês, em Roma, de mais uma reunião promovida pela FAO (organismo vinculado à ONU) com representantes de países produtores de sisal. O encontro iniciou-se dia 6, indo até o dia 10, quando então Dantas Guedes viajou aos Estados Unidos, para manter contatos com importadores americanos de sisal e baler twine, visando entabular novos negócios para a CISAF.

DISTRIBUIDORA SERIDÓ CONSTRÓI INSTALAÇÕES

José Pinto Freire, diretor da Distribuidora de Automóveis Seridó S/A (concessionária Volkswagen), anuncia o início, em abril, da construção de suas instalações definitivas, em terreno situado à rua Jaguarari, no bairro de Lagoa Nova. O projeto da obra já foi devidamente aprovado pela direção da Volkswagen do Brasil.



Moacir Maia

CICOL TEM OBRAS IMPORTANTES EM NATAL

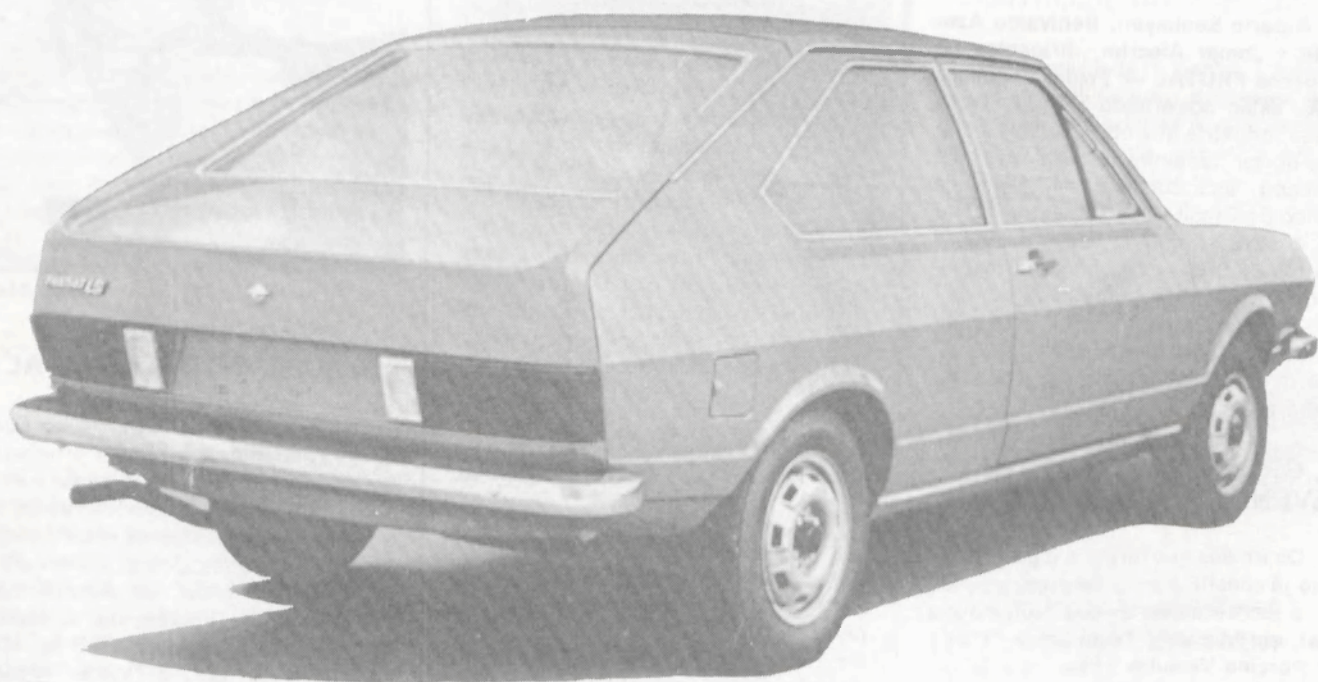
No momento, a CICOL realiza duas obras fundamentais para o progresso de Natal: a avenida beira-canal com o viaduto do Baldo, e as adutoras de Jiqui com dois gigantescos reservatórios d'água. A primeira obra, melhorará o tráfego de veículos nos setores mais congestionados atualmente. A segunda, significará um acréscimo de 40% na oferta de água à cidade. Moacir Maia, diretor-presidente da CICOL, informa que estes trabalhos deverão estar concluídos no máximo até o início do próximo ano. As duas obras têm, respectivamente, os valores de Cr\$ 48 milhões e Cr\$ 38 milhões.

CICOL PROCURA ENGENHEIROS

A Companhia de Investimentos e Construções Ltda — CICOL — tem colocado anúncios nos maiores jornais do país à procura de engenheiros com experiência que aceitem ir trabalhar na África. Mesmo oferecendo salários na faixa de Cr\$ 40 mil mensais, mais casa e transporte, está sendo muito difícil recrutar o pessoal necessário para acelerar o ritmo das muitas obras que esta empresa está construindo na Tanzânia e na Nigéria. Atualmente, a CICOL possui na África um volume de contratos bem maior do que os que tem no Brasil.

BANORTE FINANCIATÁ 2.250 UPC'S

O teto para financiamentos de casa própria com menos de 180 dias de construída foi elevado, na BANORTE Crédito Imobiliário S/A, de 1.000 para 2.250 UPC's (Unidade Padrão de Capital). Dessa forma, agora podem ser concedidos empréstimos de até Cr\$ 536 mil, para pagamento em 15 anos.



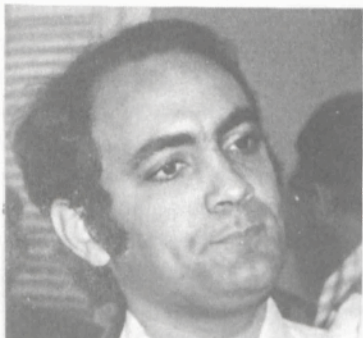
Passat. Tudo o que você espera de um carro para o nosso tempo.

Revendedores autorizados:

MARPAS S/A
Av. Tavares de Lira, 159



DIST. DE AUTOMÓVEIS
SERIDÔ S/A
Av. Salgado Filho, 1669



Por quê boicotar o INOCOOP?

Natal tem um deficit anual de 4 mil moradias, de acordo com levantamentos realizados por uma entidade vinculada ao BNH. Enquanto surgem em torno de 7 mil famílias novas, o número de casas construídas na cidade não vai além de 3 mil por ano. Como decorrência natural, proliferam os casebres, multiplicam-se os barracos nas numerosas favelas dos subúrbios natalenses, pois a precariedade econômica da população marginal não permite outra alternativa. E assim, gradativamente, aumentam os focos de miséria, pois a sub-moradia é sinônimo de doenças, falta de higiene, insegurança, instabilidade e insatisfação social.

Somos dos que compreendem que é da competência do poder público criar infra-estrutura e coordenar o crescimento organizado das cidades, planejando e legislando com a finalidade de promover conforto, saúde, segurança e educação para todos. Às vezes por falta de recursos e, em alguns casos, por falta de vontade, o poder público em Natal tem se relaxado no cumprimento desse dever, a ponto do **Plano Diretor** da cidade ser apenas um documento sem validade, inútil, enfiado nas gavetas de alguma secretaria municipal. Nunca oficializado nem posto em prática, sendo consultado algumas vezes somente para satisfazer vaidades e caprichos de tecnocratas inseguros, o **Plano Diretor** não foi até hoje encarado como uma prioridade. Por esse documento, poderia a Prefeitura dar início a um trabalho de prevenção contra o agravamento dos tantos males que decorrem do agrupamento irregular e irrefreável de milhares de pessoas nas áreas urbanas desprovidas dos instrumentos mínimos necessários ao bem-estar e à ordem social.

A fuga da população rural do Rio Grande do Norte para a Capital é uma realidade. Despreparada, sem posses, essa população chega a Natal disposta a enfrentar o ritmo de vida da cidade grande a qualquer custo, aceitando como natural a sub-moradia, a sub-alimentação, o sub-emprego e tan-

tas outras causas e conseqüências do subdesenvolvimento. Por isso, Natal está incluída na relação das cidades que crescem sempre mais do que prevêem as estatísticas. De uns anos para cá, têm surgido novas indústrias, novos negócios e fontes de renda para o povo. Mas, em compensação, as favelas têm se multiplicado em todas as direções. Bairros inteiros existem que não possuem um posto de saúde, uma delegacia de polícia, uma rua pavimentada.

Diante de tantos problemas tão sérios, o que não entendemos e não aceitamos é que o poder público — sem possibilidade de resolvê-los — se disponha a colocar pedras no caminho de quem está disposto a mudar para melhor a situação. É o caso específico do INOCOOP-RN (**Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais**). Este órgão, nos últimos anos, carrou para Natal alguns bilhões de cruzeiros que foram integralmente investidos na construção de conjuntos residenciais modernos, dotados de condições para satisfazer às necessidades de conforto, saúde e segurança de dezenas de milhares de natalenses. Essas construções geraram empregos, circulação de capital, impostos, riqueza para o Estado. Agora, ou seja, de uns meses para cá, este órgão está sofrendo o boicote irracional de uns poucos tecnocratas do município. O seu plano de construir mais 6 mil casas em Natal está parado, embora para tanto já existam terrenos adquiridos e recursos assegurados pelo BNH.

É preciso que uma força maior, a força da razão, fale mais alto, para que Natal venha a ter, com urgência, mais 6 mil casas de verdade em vez de continuar ganhando mais barracos e casebres, e para que 6 mil famílias possam viver com dignidade, fora do submundo das favelas que, certamente, os tecnocratas miúdos nem conhecem de perto.

Marcos Aurélio de Sá

REBANHO BOVINO A CAMINHO DO EXTERMÍNIO

— *Vale a pena criar gado para engorda no Rio Grande do Norte?*

Esta pergunta foi feita a pecuaristas, negociantes de gado, técnicos e pessoas ligadas ao assunto. E as respostas foram unânimes: não.

A pecuária de corte atravessa uma

crise sem precedentes em nosso Estado e, se as coisas não tomarem outro rumo, fatalmente os nossos rebanhos bovinos marcharão para o extermínio puro e simples, dentro de um prazo não muito longo. Já estão mandando para o abate até mesmo vacas às vésperas de ter bezerro.



Diariamente, dezenas de vacas gestantes estão sendo abatidas em Natal.

“Não está mais compensando a criação de gado de corte no Rio Grande do Norte. O trabalho que temos e as despesas para a manutenção dos rebanhos não estão sendo compensados na hora da venda”. Esta é a declaração inicial do criador Sílvio Cardoso. E ele prossegue:

“O nosso gado, geralmente, é de pequeno porte. Em razão das dificuldades para dar a ele uma ração capaz de torná-lo mais desenvolvido

em tamanho e peso, este gado quase nunca passa das onze arrobas por cabeça na hora de ir para o matadouro. Enquanto isso, o gado que vem de fora sempre pesa de 18 arrobas para cima. O rendimento com a pecuária é medido em função do porte de cada animal, pois quanto maior o seu peso, mais lucro ele está proporcionando. E nós aqui no Estado ficamos muito longe da média do peso do gado de outras regiões”.

A causa dessa desigualdade reside exatamente na falta de pastagens abundantes, nas dificuldades de crédito para os pecuaristas, na falta de estrutura das propriedades rurais para o criatório, como também nos altos preços das rações especiais, dos produtos veterinários, etc.

DESESPERO — O desestímulo à pecuária é tão acentuado que muitos criadores tradicionais estão

abandonando a atividade e vendendo para o corte até mesmo novilhas de raças selecionadas e vacas às vésperas de parir. No FRIGONORTE — empresa ligada à Prefeitura de Natal que cuida do abate do gado, do beneficiamento e da distribuição da carne à cidade — tornou-se fato comum a matança de excelentes vacas enxertadas. Em alguns casos, já aconteceu dos magarefes fazerem cesarianas nesses animais para salvarem bezerros que chegam a se criar sem maiores problemas.

“Somente o verdadeiro desespero pode levar um criador a vender suas rezes nessa condição” — segundo opinião unânime dos que se dedicam ao comércio de gado.

Salomão Borges, diretor-presidente do FRIGONORTE, falando sobre pecuária no Rio Grande do Norte, com base na sua já longa experiência no mercado, diz que o problema mais sério a impedir maior rentabilidade para os pecuaristas é o pequeno porte do gado potiguar, problema que é aliado às dificuldades de obtenção de recursos para formar melhores pastagens e para melhorar o rebanho pelo cruzamento com outras raças.

PASTAGENS — Prossegue Salomão Borges suas apreciações sobre a pecuária no RN, afirmando:

“Comparando com outros Estados onde a pastagem é abundante, nosso Estado realmente não apresenta condições favoráveis para a criação de grandes rebanhos para corte. Nossas pastagens são fracas e a vegetação rasteira predomina em nossas terras por causa do clima quente e do solo seco. Esses fatores impedem o desenvolvimento de uma pecuária em larga escala. Mas, apesar de tudo, existem aqueles que conseguem superar esses obstáculos e fazer da pecuária uma atividade relativamente rentável”.

Para se ter uma idéia da diferença entre as condições do Rio Grande do Norte e dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Sergipe e Alagoas, por exemplo, basta atentar para as



Salomão Borges revela que 85% do gado abatido aqui, vêm de fora.

comparações de Salomão Borges. Diz ele:

“A maior parte do gado abatido em Natal procede dos citados Estados. Enquanto uma rês oriunda da Bahia ou de Minas pesa de 18 a 22 arrobas, as do Rio Grande do Norte ficam em torno de 10 a 12 arrobas, embora tenham mais ou menos a mesma idade. Além disso, o abastecimento de carne é feito em cerca de 85% com gado procedente de outras regiões. Com isso, bem se pode notar a fragilidade da pecuária entre nós”.

ÁREAS ÓTIMAS — Edinor Teixeira, outro pecuarista, concorda com tudo o que foi dito até agora. No entanto, faz uma observação importante. Para ele, algumas áreas do Rio Grande do Norte são ótimas para a pecuária, pois têm todas as características favoráveis a isso. Essas áreas são o vale do Açu e o vale do Ceará-Mirim, onde se pode obter água com facilidade e os pastos podem se desenvolver mais rapida-

mente. Para ele, *“criar em locais inadequados é prejuízo na certa, é trabalhar em vão”.*

A respeito de pastagens, um empregado do FRIGONORTE informa um fato interessante e curioso. O gado que vem da Bahia para ser abatido no RN, além do seu grande porte, apresenta uma outra particularidade: não abaixa a cabeça para pastar, como sempre faz o gado daqui. E explica o empregado:

“Acontece que na Bahia as pastagens são altas e o gado que vive solto come tranqüilamente de cabeça erguida; enquanto que o gado do Rio Grande do Norte é acostumado à vegetação rasteira, vive de cabeça abaixada à procura do alimento. Se colocarmos todo o gado para comer em cocheiras, logo saberemos qual é o gado baiano e qual é o nosso, pois o outro reluta em não baixar a cabeça”.

PREÇO É BOM? — Salomão Borges, embora não fale em nome da classe dos pecuaristas, afirma

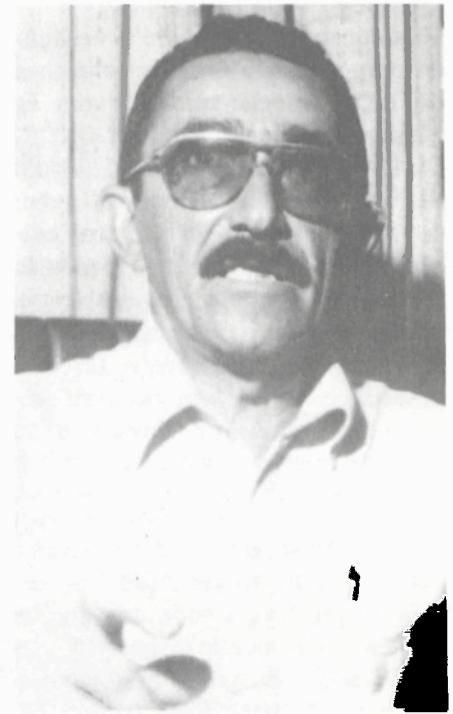
que o preço da carne é compensador, tendo inclusive havido recentemente um aumento da ordem de 20% para a arroba do produto. Diz ele que, efetivamente, não existe um preço certo para a venda do gado para abate, pois a SUNAB não tabelava essas operações. Os preços são ditados pelo mercado. Quando ele é mais vendedor, o preço baixa. Quando existe pouco gado à venda, ele sobe. No entender de Salomão, se houvesse um tabelamento na fonte, talvez fosse solucionado o problema da variação.

Sílvio Cardoso e Edinor Teixeira também concordam que preço não é exatamente um grande problema, pois sempre encontram boas condições para a venda do gado que trazem para o abate. Apenas não conseguem melhor rendimento porque a diferença de peso do nosso gado para o que vem de fora é muito acentuada.

O boiadeiro João Patrício, respondendo por que o preço da carne está sempre subindo, explica:

“Não podemos vender barato um produto que adquirimos por preços altos. Quando trago gado de Alagoas ou da Bahia, como atualmente, compro na fonte a Cr\$ 21,00 o quilo do boi em pé. E estou vendendo aqui a Cr\$ 24,00. Essa diferença não é tão lucrativa, se considerarmos que o preço do transporte de lá para cá fica em torno de Cr\$ 700,00, por cabeça, e ainda há perda de peso durante a viagem. Algumas rezes chegam, às vezes, machucadas e até mortas. Por esses e mais alguns outros problemas, acho que os preços não estão tão altos como se pensa”.

Salomão Borges salienta que o FRIGONORTE nada tem a ver com o problema do preço, embora muitas pessoas pensem o contrário. O que a empresa de abate faz é, exclusivamente, prestar um serviço, cobrando por ele uma taxa. Hoje, a taxa de abate é de Cr\$ 1.800,00, incluindo-se aí o serviço de transporte, em carro próprio, da carne para o local de venda indicado.



José Celestino diz que o gado do RN não tem qualidade.

QUALIDADE — A qualidade do nosso gado não é realmente a melhor para o abate. É o que afirma o ex-prefeito do município de Tangará. José Celestino Soares, homem já

Secretário da Agricultura:

“A SITUAÇÃO É MUITO DIFÍCIL DE CONTORNAR”

O secretário da Agricultura do Estado, Moacyr Duarte, não demonstrou nenhuma surpresa quando o repórter lhe revelou a informação colhida no FRIGONORTE, acerca do elevado índice de matança de vacas em véspera de dar cria. Ele não se surpreendeu porque já tinha conhecimento detalhado do problema. Disse ele que, infelizmente, nada poderia ser feito pela secretaria que dirige, no sentido de impedir a continuidade dessa aberração.

“A fiscalização do abate de rezes é de competência exclusiva do Ministério da Agricultura. Somente uma fiscalização fede-

ral seria capaz de coibir a prática desses abusos. Nós, de maneira alguma, temos competência para isso”. Estas foram as palavras do secretário, ao responder à pergunta sobre o que fazer para corrigir o erro.

Moacyr Duarte passou então a comentar a situação em que se encontra a pecuária do Rio Grande do Norte. Em 1977, o Estado teve condições de ofertar ao mercado de consumo 75.967 rezes, representando 11.775 toneladas de carne, o suficiente para cobrir apenas 45% da demanda. Esta situação é muito difícil de contornar, pelo menos a

curto prazo. Afirmo o secretário que, mantendo-se a atual tendência, no ano de 1980 o déficit de gado para o abate no RN será da ordem de 87.690 cabeças, representando 13.592 toneladas de carne. O restante do gado para atender ao mercado continuará vindo de fora.

Em termos de grande Natal, o problema ainda é mais sério, pois o gado abatido pelo FRIGONORTE (único estabelecimento oficial de abate de gado no Estado), nada menos de 90% provêm de outros Estados, sendo somente 10% originários do Rio Grande do Norte.

acostumado à pecuária. Para ele, em qualidade, não estamos em condições de competir com ninguém. Além das desvantagens do clima e da falta de boa pastagem, a maioria do nosso gado é do tipo mestiço, enquanto que nos outros Estados se está criando gado próprio para abate, como o nelore, o indu-brasil, etc.

Premidos por tantos problemas, nossos criadores se sentem desestimulados. Prova disso é que está aumentando o número de matrizes enviadas ao matadouro. São muitas vacas, inclusive muitas em dias de parir. Olhando o livro de "Controle Estatístico de Matança de Bovinos", Salomão Borges fala de números:

"No mês de dezembro de 1977, foram abatidas no FRIGONORTE 3.732 rezes, das quais 2.589 machos e 1.143 fêmeas, num índice muito alto de matança de fêmeas. E o que é pior: a maioria das vacas que aqui chegam está prenha. E o que é de espantar: em dias de ter bezerro".

E prossegue:

"O problema não fica aí. Diariamente ocorre aqui no FRIGONORTE um caso que eu considero um verdadeiro absurdo: após o abate das rezes, temos que colocar no nosso digestor cerca de 30 bezerras extraídas do ventre das vacas, muitos já totalmente encabelados e encascados, e já tem acontecido até casos em que empregados encarregados do abate fazem autênticas cesarianas para resgatar bezerras, muitos dos quais sobrevivem e são criados por eles".

COMEÇO DO FIM — Após essa explanação de Salomão Borges, uma pergunta imediata lhe foi lançada pelo repórter: *"por que não se proíbe a matança de vacas, pelo menos das prenhas?"*. E ele responde, no mesmo tom:

"O FRIGONORTE nada pode fazer a esse respeito. Nós não temos autoridade legal para tanto. Cuidamos apenas do abate, sem contudo interferir na vontade dos pecuaristas, dos boiadeiros, nem dos marchantes".



O hoi da frente é do RN e tem a mesma idade do outro, vindo da Bahia. O nosso pesa 11 arrobas. O de fora pesa 19.

Veja como a **DIVEMO** pode ajudar os negócios a correrem melhor para você.



Nós sempre acreditamos na especialização.

É por isso que nos sentimos à vontade para oferecer os nossos serviços a você e ao seu Mercedes-Benz.

Assim, quando você precisar de um veículo de alta qualidade para transporte de carga ou de passageiros, vai encontrar aqui, à sua disposição, uma equipe de especialistas, preparada para assessorá-lo em todos os detalhes na escolha de um caminhão ou de um ônibus.

Vamos poder escolher juntos o veículo mais adequado para o tipo e a quantidade de carga que você pretende transportar.

E depois, quando você já tiver o seu Mercedes-Benz, vai conhecer os serviços da nossa assistência técnica, feita por mecânicos treinados na própria fábrica, que trabalham com terramental adequado e só utilizam peças genuínas.

Nós lhe oferecemos todas as condições para que o seu caminhão ou ônibus Mercedes-Benz

continue sempre com a sua alta qualidade de fabricação. Em outras palavras, com a sua longa e econômica vida útil.

Antes e depois de comprar o seu Mercedes-Benz, converse conosco. Além dos bons serviços, nós lhe oferecemos também a nossa tradicional



Mercedes-Benz

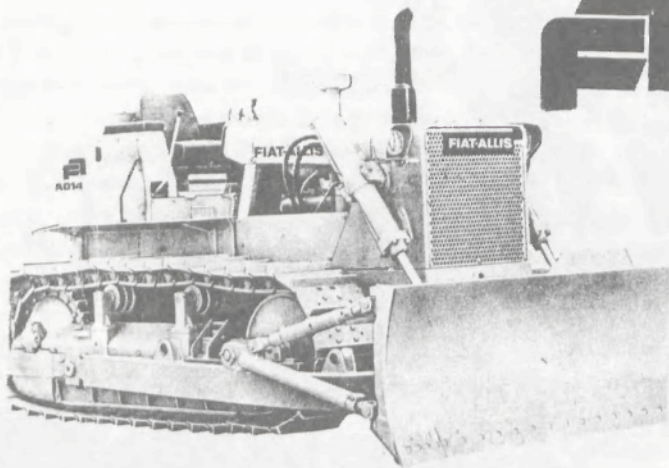
DIVEMO S/A Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores

Mairiz: BR-101, Km. 5 — Parque Vale do Pitimbu — Fones: 231-1355, 231-1356, 231-1358 e 231-1360 — Natal-RN

Filiais: Av. Alexandrino de Alencar, 536 — Alecrim — Fone: 222-2822 — Natal-RN
Rua Cel. Gurgel, 372 — Fone: 321-1875 — Mossoró-RN

A TURMA DA PESADA

FIAT-ALLIS



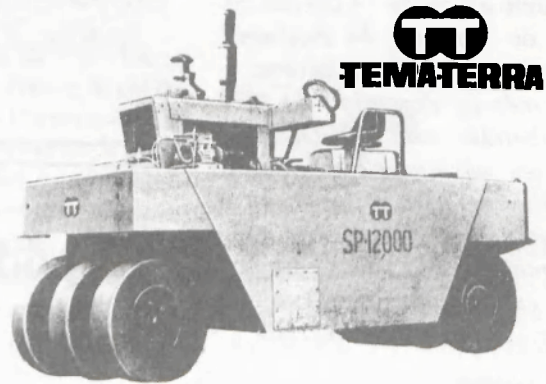
TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALLIS"



PÁS CARREGADEIRAS DE RODA E ESTEIRA "FIAT-ALLIS"



GUINDASTES "GALION"
ATÉ 14 TONELADAS

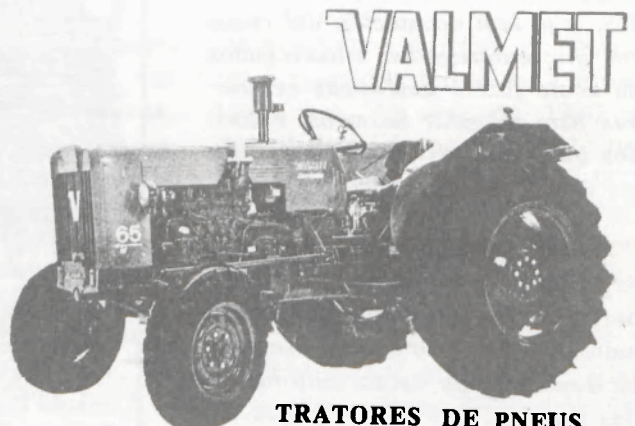


ROLOS COMPACTADORES "TEMA-TERRA"

FIAT
CAMINHÕES MÉDIOS E PESADOS
"FIAT-DIESEL"



MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"



TRATORES DE PNEUS
E EMPILHADEIRAS "VALMET"

E UMA LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS

COMERCIAL WANDICK LOPES S/A

AV. DUQUE DE CAXIAS, 50 FONES 222-1525 222-3778 222-4180 222-1554 NATAL
RUA ALFREDO FERNANDES, 5 FONE 321-5186 MOSSORÓ R.N.

“E a quem cabe cuidar do problema?” — pergunta novamente a reportagem. Salomão Borges declara:

“Creio que ao Ministério da Agricultura, através do GEIPOA. A esse respeito, já tomei a iniciativa de comunicar o fato ao dirigente do GEIPOA em Natal, que simplesmente afirmou nada poder fazer, em vir-

tude da não existência de uma inspeção federal no setor pecuário, com relação ao abate de gado”.

Enfatiza ainda o diretor do FRIGONORTE que “infelizmente, da maneira como as coisas estão acontecendo, com o abate indiscriminado e em grande número de fêmeas prenhas, na sua maior parte proveniente do próprio Rio Grande

do Norte, fatalmente, dentro de um prazo muito curto, teremos praticamente o fim dos nossos rebanhos bovinos. Mas, acredito que alguma coisa possa ser feita por quem de direito, para que seja evitado o extermínio do nosso gado de corte, fato que traria um imenso prejuízo para a economia do Estado”.

ACABOU O CRÉDITO — Para

Chefe do GEIPOA:

“NADA PODEMOS FAZER...”

Atuando no setor da fiscalização da Delegacia do Ministério da Agricultura no Rio Grande do Norte, o GEIPOA (Grupo Executivo de Inspeção de Produtos de Origem Animal) tem conhecimento pleno do problema do abate de vacas em avançado estado de gestação. José Morais de Aquino, chefe do órgão, presta as seguintes declarações:

“Existem regulamentos disciplinando todos os trabalhos que o GEIPOA deve executar. A respeito do abate de fêmeas, há restrições rigorosas, desde que elas estejam com mais de seis meses de gestação. Os regulamentos ainda dizem que somente depois de um mês de parida é que a vaca — se não for constatada nenhuma doença — poderá ser abatida”.

Diz o chefe do GEIPOA que já tentou por duas vezes, conseguir aprovação para uma inspeção ao abate de gado no Rio Grande do Norte, mas não teve êxito junto às autoridades do Ministério da Agricultura. Ele revela:

“Há cerca de quatro meses, fiz a segunda tentativa junto ao órgão superior, em Brasília, levando inclusive uma planta completa das instalações do único matadouro oficial do Estado, como também um relatório sobre o problema da constante matança



José Morais de Aquino culpa a inexistência de bons matadouros.

de vacas prenhas, com mais de seis meses de gestação. Tudo foi examinado minuciosamente. Porém, a resposta à minha sugestão foi negativa”.

O repórter pergunta o porquê da negação. E José Morais de Aquino explica:

“É fácil dizer porque. O Ministério da Agricultura, para ter um órgão de fiscalização do abate de gado em qualquer Estado, estabelece que exista um matadouro oficial atendendo a um padrão técnico que cabe ao próprio Ministério determinar. É o chamado “Padrão Técnico Nacional”, com um fluxograma especialmente detalhado do matadouro, com seções especiais para facilitar o trabalho de fiscalização na hora do abate e também evitar o trânsito de pessoas

em todas as dependências seccionadas para uso exclusivo na operação de abate. Só quando o Rio Grande do Norte possuir matadouro construído dentro das normas do Ministério da Agricultura é que poderemos exercer um serviço perfeito de fiscalização”.

Declara ainda o chefe do GEIPOA ter conhecimento de que já existe um projeto do governo do Estado para construir em Natal um moderno matadouro. É provável que dentro de dois anos ele esteja construído. Então, a partir daí, começará a haver fiscalização. Até lá, continuará a ser perpetrado o crime do abate sem controle, capaz de eliminar todo o trabalho do governo em favor da pecuária do RN.

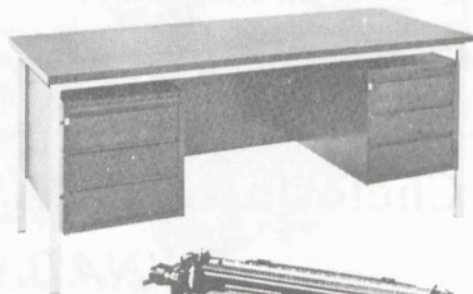
finalizar, a palavra de um pequeno pecuarista que entende muito bem porque os criadores do RN estão matando suas matrizes. O repórter perguntou a João Vicente de Medeiros, lá mesmo no FRIGONORTE, a razão de tudo. E ele respondeu com precisão surpreendente:

“O pequeno pecuarista não vai poder sobreviver por muito tempo. O crédito no Banco do Brasil e no Banco do Nordeste — os únicos estabelecimentos que possuem carteiras de crédito rural — está praticamente fechado. As dificuldades aumentam. As pastagens ficam cada dia piores e não temos condições de sustentar o gado à base de ração balanceada, que custa caro demais. O abate de vacas é um absurdo, mas eu afirmo com toda franqueza que muitos amigos meus são obrigados a vender suas matrizes em dia de dar cria, por lhes faltar dinheiro até para a subsistência. Por essa razão, eu não me escandalizo com o que vejo, nem me surpreenderei com o que vier depois”.

RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO



Mesa "ESTIL"
Linha 90



Cadeira "ESTIL"
Linha Diretor



Máquinas de
escrever "REMINGTON"



RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.

MATRIZ: - Rua Dr. Barata, 242
FILIAL: - Praça Augusto Severo, 91
FONES: - 222-1467 - 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:
Pça. Vigário Antonio Joaquim, 99
MOSSORÓ - RN - FONE: 321-1330

Corcel II LDO, questão de opção

O Corcel LDO é o clássico da linha do Corcel II. Um carro com luxo e conforto para as pessoas realmente exigentes. Nele tudo é personalizado: o painel tem aplicações em madeira e combina com a cor do estofamento, que já vem em tecido e vinil. Todo o interior é entonado com a cor externa. O LDO tem todas as inovações do Corcel II, mas é um carro para quem quer um modelo próprio, diferente. Corcel II LDO questão de opção em DUATO VEÍCULOS.



DUAUTO VEÍCULOS

Av. Presidente Bandeira, 1240 Alecrim Fones: 231-6132 e 231-3927.

COMO VAI O GADO LIMOUSIN?

Há cerca de três anos, precedido de grande cobertura jornalística, chegava ao aeroporto de Parnamirim um avião cargueiro da *Air France* transportando uma carga incomum e inusitada para o Rio Grande do Norte: 100 vacas e 8 touros da raça *limousin*. A esperar o gado originário da França estava o próprio governa-

dor Tarcísio Maia, idealizador de um projeto que visa encontrar a raça ideal de bovinos para criação neste Estado onde a pecuária é tão precária.

Passados esses anos, o que se pode dizer acerca do chamado projeto *limousin*? Ele abre algum novo caminho para o nosso criador?

O secretário da Agricultura do Estado, Moacyr Torres Duarte, informa que o projeto *limousin* se constitui numa tentativa de obter a solução para o grave problema da falta de gado adequado para a pecuária de corte no RN. Fazendo a importação do gado francês, dava-se o primeiro passo para testar, na prática, algo que na teoria já podia ser considerado certo: aquele era um tipo de gado adaptável ao nosso solo e clima, capaz de suprir as deficiências verificadas no rebanho existente aqui.

AS FASES DO PROJETO — Tão logo chegaram ao Estado, os reprodutores e as matrizes *limousin* foram levados para o Parque de Exposição Aristófanes Fernandes, onde durante alguns meses permaneceram recebendo pré-imunização contra algumas doenças comuns nos rebanhos locais, como a babesiose e a anaplasiose. Esse trabalho foi totalmente supervisionado por técnicos e professores da Universidade Rural de Pernambuco. Após esse confinamento para adaptação às nossas condições, o gado foi transferido para a Fazenda Felipe Câmara e, em janeiro de 1977, entrou em trabalho de cobertura por monta, dividido em quatro lotes de 25 matrizes e dois reprodutores.

Até agora, ou seja, em pouco mais de um ano e três meses, o rebanho *limousin* já foi acrescido de 82 crias P. O. (puras de origem), fato que indica um alto índice de natali-



Moacyr Duarte diz o que é o "projeto limousin".

dade, comprovando — segundo Moacyr Duarte — a teoria acerca de sua alta fertilidade.

"Além do trabalho de multiplicação do rebanho — prossegue o secretário — também está sendo desenvolvido, simultaneamente, um programa de miscigenação dessa raça européia com as nossas raças zebuínas, notadamente com matrizes nelore, gyr e guzerá".

OS RECURSOS — Até agora, todo o trabalho de pesquisa com o gado *limousin* tem sido custeado com recursos do próprio governo esta-

dual. Todavia, já houve a elaboração de um projeto de expansão da pesquisa, que pela sua complexidade e o seu porte, não poderá continuar sendo financiada exclusivamente com recursos locais. Por isso mesmo, o secretário Moacyr Duarte já iniciou negociações com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Pesquisas — CNPQ, tentando conseguir participação financeira. O projeto já se encontra em análise na Comissão Regional do CNPQ, em Recife.

Através desse novo projeto, o principal objetivo da Secretaria da



O gado limousin ainda está sendo pesquisado como alternativa para a pecuária do RN.

Agricultura é se aprofundar em experiências genéticas com o rebanho limousin P. O., fazendo uma criteriosa seleção de grupos e de indivíduos, partindo-se dos resultados de tal seleção para a fixação de caracteres que signifiquem bons níveis de produção e produtividade.

O PROJETO — Detalhando ainda mais a informação, Moacyr Duarte explica as finalidades do projeto:

a) estabelecimento de taxas de fecundidade (por diagnóstico de gestação), de fertilidade (número de bezerros machos) e fertilidade real (bezerros nascidos versus bezerros desmamados);

b) mensuração da capacidade fecundante dos touros, com rodízios entre os diversos lotes de fêmeas, para que possíveis diferenças de fecundidade entre machos e entre os grupos de vacas não mascarem os resultados finais;

c) levantamento das possíveis distâncias e associação de touros (peso ao nascer) ou vacas (proble-

mas anatômicos, fisiológicos, talvez hereditários), que possam influir na facilidade ou não da parição;

d) mensuração da incidência de problemas decorrentes da parição

e) levantamento das repetições de cio das fêmeas, como tentativa de se chegar ao número de cobrições necessárias para que se processe a fecundação;

f) estudo do comportamento do rebanho em regime de pasto, verificando hora do pastejo, do sono e da ruminação, da procura de água e repouso ao sol ou na sombra, quando o animal ruma;

g) mensuração da oscilação de peso (medindo inclusive o peso por parto), para se saber quanto a fêmea perde por parição;

h) mensuração da capacidade materna pela performance da vaca e do bezerro;

i) mensuração da vida útil no que se refere ao bezerro em particular;

j) mensuração da morbidez;

l) determinação da época de desmama, com rigoroso acompanhamento do peso;

m) acompanhamento do desenvolvimento, com pesagens a cada 28 dias, para conhecimento da reação à mudança do regime alimentar;

n) estabelecimento, para os parâmetros especiais, de notas que possibilitem uma comparação rigorosa entre os diversos grupos;

o) realização de testes de tolerância ao calor;

p) verificação do ganho de peso obtido.

Pelo exposto, se trata de um projeto de teor técnico muito apurado. A se julgar pela demora com que se desenrola a etapa inicial do programa, quando ainda não se penetrou em problemas de ordem científica, é de se acreditar que passará um decênio antes de qualquer conclusão. Isto se os próximos governos prosseguirem a pesquisa.

Enquanto isso, o nosso pecuarista continua amargando uma crise sem precedentes, mandando para o matadouro até mesmo suas vacas enxertadas. Para se evitar esse desastre, ainda não foi elaborado nenhum projeto.

GRÁFICAS RECORREM À JUSTIÇA CONTRA O ICM

Quatorze empresas do ramo gráfico impetraram mandado de segurança contra o coordenador de administração tributária da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Norte, tentando obter, pela via judicial, a suspensão da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias nas suas operações.

Há alguns meses, as gráficas natalenses começaram a se preocupar com um assunto que desde junho de 1976 movimentava as empresas desse ramo no Sul do país. Naquela época, uma decisão do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, estabeleceu que *composição gráfica* é a mesma coisa de *feitura e impressão de notas fiscais, fichas, talões, cartões, etc.*, e, como tal, é serviço, estando sujeito, apenas, ao ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza). Depois disso, inúmeras tipografias nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco se valeram de ações judiciais para deixar de recolher ICM, sempre alcançando esse objetivo, pois os Tribunais e os Juizes, em geral, têm confirmado o que o STF já decidiu, ou seja, que as gráficas devem pagar ISS.

Essa situação traz uma grande vantagem para o ramo, pois enquanto o ICM é calculado à base de 15% sobre o valor da venda do produto, o ISS é de apenas 4%. Como a redução da carga tributária permite redução de preços, as gráficas de Natal despertaram de verdade para o problema na hora em que as suas concorrentes de Recife começaram a participar das licitações e tomadas de preços no Rio Grande do Norte, sempre conseguindo levar vantagem

e carrear para Pernambuco a maior parte dos serviços das grandes repartições públicas, como o INPS e a Secretaria de Administração do Estado (que centraliza todas as compras de impressos do governo estadual). O que dava margem às empresas de Recife a apresentarem menores preços era exatamente o fato de que muitas delas já não pagam mais o ICM, enquanto todas as gráficas natalenses continuam sujeitas a este imposto. Assim, pagando 11% a mais de obrigações tributárias do que as gráficas de fora, as firmas locais estavam perdendo o poder de concorrência.

Fundamentados na decisão unânime do Supremo Tribunal Federal que definiu a atividade de impressão como serviço, sujeitando-se unicamente ao ISS, os advogados Diógenes da Cunha Lima e Marcos Aurélio de Sá solicitam, inclusive, a concessão de medida liminar contra o pagamento do ICM.

COBRANÇA DO ISS — Temendo se envolver numa disputa com o fisco, por terem consciência da gravidade dessa atitude, os empresários gráficos — mesmo falando sempre no assunto — iam adiando a decisão de recorrer à justiça, talvez à espera de uma solução administrativa para o impasse. O diretor da Tipografia Santo Antônio Ltda., Dinarte Bezerra de Andrade, tomou a iniciativa de fazer consultas à Receita Federal e à Fazenda Estadual, mas em ambos os casos as autoridades arrecadadoras apresentaram parecer contrário ao pagamento do ISS, com base na legislação que regula-



Gráfica é empresa prestadora de serviços.

menta a cobrança de IPI e ICM, que consideram *impressão* algo diferente de *composição gráfica*.

Pelo artigo 24 da Constituição Federal, regulamentado pelos decretos-leis nº 406, de 31.12.68, e nº 834, de 8.9.69, cabe aos municípios instituir imposto sobre os serviços de *composição gráfica*. Quando o Supremo Tribunal Federal, julgando recurso apresentado pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, definiu que *composição gráfica* é um termo abrangente, que engloba todas as fases da atividade gráfica, desde a preparação das chapas até a impressão e a feitura de qualquer serviço, desapareceu por completo a dúvida sobre a competência tributária.

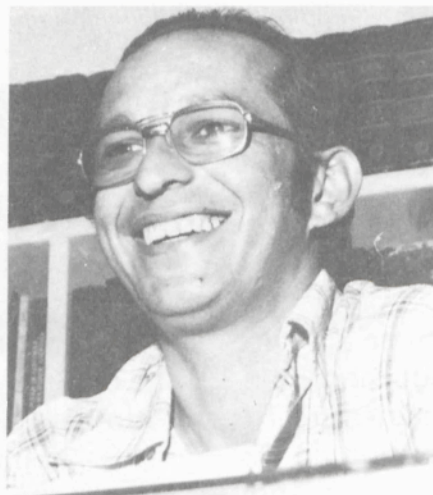
Com base nisso, vários municípios passaram a tributar as tipografias. Em Natal, a Secretaria de Finanças da Prefeitura também iniciou a cobrança do ISS das empresas prestadoras de serviços gráficos, o que foi estabelecido através de Portaria publicada no Diário Oficial de 25.1.78.

O QUE FAZER? — Diante do vexame de estar pagando ICM e IPI e ainda ter de pagar ISS, os empresários não tiveram outro caminho senão buscar a orientação de advogados. Ademais, perdendo o poder de concorrência com as gráficas de Recife que já vinham pagando apenas o ISS, as empresas locais estavam agora sofrendo os efeitos negativos da redução do seu volume de encomendas, e muitas, neste começo de ano, haviam mesmo diminuído o seu número de empregados como uma maneira de atravessar a crise.

Examinando a situação, os advogados Diógenes da Cunha Lima e Marcos Aurélio de Sá se depararam com dezenas de decisões favoráveis ao pagamento de ISS pelas gráficas, decisões partidas de Juízes e Tribunais de vários Estados, e finalmente ratificadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Acerca da questão, decidiu o STF, em 18.6.76:

'EMENTA — *Serviços de composição gráfica. (Feitura e impres-*



Diógenes da Cunha Lima

são de notas fiscais, fichas, talões, cartões, etc.).

I — Sujeição, apenas, ao ISS.

Aplicação da Constituição, art. 24, II, c. c. os arts. 8º § 1º do Decreto-Lei nº 406/68, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 834/69, Tabela, itens X a XXI''.

Assim, embora os técnicos da Secretaria da Fazenda do Estado dessem parecer favorável à incidência do ICM, não tiveram dúvidas os advogados em recomendar o mandado de segurança contra a cobrança desse tributo.

O MANDADO — Numa petição de nove laudas, enriquecida com cerca de trinta documentos anexos

em que os advogados reproduzem decisões judiciais de vários Estados acerca do assunto, além de pareceres jurídicos e matérias publicadas na imprensa de todo o país, quatorze gráficas requerem ao Juiz da Vara da Fazenda Pública do Rio Grande do Norte a concessão de medida liminar contra a cobrança do ICM, como também a expedição de mandado de segurança declarando o direito líquido e certo dos impetrantes de recolherem somente o ISS, com o afastamento do ICM, por constituir lesão irreparável de direito.

Participam da ação das seguintes empresas: *Editora RN-ECONÔMICO Ltda., Tipografia Santo Antônio Ltda., Tipografia Galhardo, F. Nunes, Indústria Gráfica União, Nordeste Gráfica Ltda., Grafifex Ltda., Tipografia Expressa, Tipografia São Luiz, Tipografia Reis Magos, Gráfica Offset, Iveraldo Henrique Bezerra, Severina do Nascimento Gurgel e Alfa Gráfica e Editora Ltda.*

Resta esperar o julgamento da causa. Só depois disso, a atividade gráfica no Rio Grande do Norte saberá exatamente como agir na questão dos impostos. Se a decisão for favorável, as empresas locais poderão enfrentar a concorrência de Recife. Se for contrária, salve-se quem puder!

LEGISLAÇÃO
NORDESTINA

LN
JURISPRUDÊNCIA

As mais completas revistas de leis editadas no Brasil. Levamos até você matéria FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL, sempre atualizadas com a legislação em vigor. Tudo isso em excelente apresentação gráfica. Torne-se o assinante mais atualizado do Brasil.

... ○ ○ ● ○ ○ ...

Contratos, em Natal, com RN-Econômico, pelo fone 222-0806 ou escreva para Editora Legislação Nordestina Ltda., atenção do Sr. Nelson Ramos de Souza — Av. Conde da Boa Vista, 250 — Conj. 411 — Fone (081) 222.3781 — Recife-PE.

O RENASCIMENTO DE UM BAIRRO COMERCIAL

Na década de 40 e até meados dos anos 50, a mais fina flor da sociedade natalense tinha no bairro da Ribeira o ponto de encontro das atividades sociais e comerciais da cidade. Na Ribeira estavam as lojas mais sofisticadas da época, como *Nova Aurora*, *Paris em Natal*, *A Chilenita*, *Casa Reis*, *Casa Gomes*, *Armazém do Norte*, o popular *Armazém Potiguar*, e as *Lojas 4 e 400*. Depois, começou o declínio. Muitos comerciantes abandonaram o bairro e a cidade via morrer o seu berço de crescimento.

Repetidamente os jornais vêm anunciando o "fim da Ribeira" e o natalense já acreditava que a cidade velha estava virando museu. Até a vida noturna, onde havia o encontro dos boêmios, estava chegando ao fim, com o advento dos motéis de alta-rotatividade.

O RENASCIMENTO — Mas a certeza de que a Ribeira sempre seria uma mola propulsora na economia da cidade fez com que firmas tradicionais ali permanecessem e incentivassem o surgimento de concorrentes, para que a Ribeira continuasse a ser uma opção comercial. E os resultados estão aparecendo agora, quando o bairro e o comércio estão se revigorando e os que ali ficaram acreditam que está para vir a fase do renascimento.

Hoje, os aluguéis estão se valorizando, as transações imobiliárias também, e quase não se encontra prédios para alugar ou comprar. A maioria das firmas comerciais está ampliando suas instalações ou construindo no bairro, demonstrando que acredita no soerguimento do comércio.

VELHOS TEMPOS — O comerciante José Resende Filho, um piauiense, mas natalense por adoção e cidadania, chegou ao Estado e acreditou na Ribeira, instalando a sua loja de móveis e artigos domésticos "J. Resende". Apesar de toda a crise da Ribeira, a sua firma tem grande movimento, o que lhe permitiu abrir uma filial no centro da Cidade. E José Resende presta seu depoimento:

"A Ribeira está se recuperando. As firmas que vêm de fora estão aqui no bairro. Agora mesmo, uma firma de Recife comprou prédio e vai iniciar suas atividades. Também o comerciante natalense acredita nesta recuperação, pois Limarujo comprou o prédio de Natal Veículos, na Praça Augusto Severo, e faz uma grande remodelação. Galvão Mesquita também reestrutura suas instalações. A Ribeira vai reconquistar e ocupar seu lugar de destaque, como nos velhos tempos".



José Resende diz que a Ribeira está se recuperando.

"E o fato dessa recuperação — acrescenta José Resende — é em grande parte da permanência das grandes firmas na Ribeira, responsáveis por uma maior movimentação nas vendas. Agora mesmo, vamos marcar um ponto decisivo para o bairro, com a eliminação do estacionamento na rua Dr. Barata. E um fato interessante é que os próprios comerciantes fizeram este pleito ao DETRAN. Acreditamos que as modificações no trânsito vão ajudar muito ao nosso comércio".

POR QUE O DECLÍNIO? — Ninguém acreditava que a Ribeira perderia a sua hegemonia no comércio, mesmo com o surgimento das lojas da Cidade-Alta e o comércio incipiente do Alecrim, que cresceu como

fator de ser o bairro o primeiro a receber os comerciantes do interior do Estado, que vinham fazer suas compras na capital.

Também as repartições públicas e os bancos começaram a se instalar fora da Ribeira; o movimento do porto de Natal entrava na fase de decadência; e o grande movimento de trens na velha Estação Sampaio Correia estava praticamente nulo. As lojas cediam seus lugares para depósitos e as oficinas de consertos começaram a proliferar.

Ninguém tinha mais interesses em investir na Ribeira, ou abrir uma casa comercial. Enquanto os terrenos começavam a se desvalorizar, os prédios eram alugados a preços irrisórios.

NÓS ACREDITAMOS — O comerciante Ezequiel Fonseca, um dos diretores da firma "Pinheiro Chacon", é outro que diz que a Ribeira vive uma nova fase:



Ezequiel Fonseca acredita no futuro do bairro.

"A maior prova de que nós acreditamos na Ribeira, é o investimento que a Pinheiro Chacon está fazendo, construindo um prédio de dois pavimentos, de linhas arquitetônicas modernas, na esquina da Avenida Duque de Caxias, com a Explanada Silva Jardim, que está orçado em

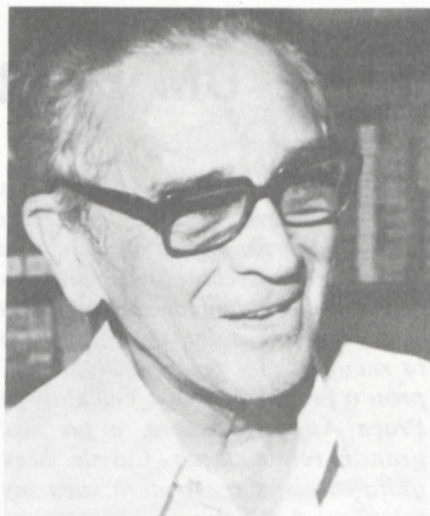
dois milhões de cruzeiros e com conclusão prevista para março. Aliás, é bom ressaltar que todos os imóveis da firma estão localizados na Ribeira e não pretendemos mudar a nossa matriz, que será sempre no bairro, mesmo que nos instalemos em outras áreas da cidade”.

“A recuperação da Ribeira se deve à tradição, aliada à facilidade de estacionamento que existe, em comparação com o comércio do Centro e do Alecrim, totalmente congestionados. Já se fala num estacionamento rotativo para as praças Augusto Severo e José da Penha e num melhor escoamento da rua Almino Afonso para a Rio Branco. Enfim, acreditamos muito no comércio da Ribeira”.

ESTAÇÃO RODOVIÁRIA — Há quase vinte anos a Prefeitura do Natal destruía a metade da tradicional Praça Augusto Severo e com ela o velho “Tabuleiro da Baiana”, e em seu lugar construía a Estação Rodoviária, um prédio de dois pavimentos, com um pequeno centro comercial, e que muitos acreditavam seria a redenção do bairro, que começava a atravessar sua fase de declínio.

Ninguém hoje se interessou em estudar a importância da Rodoviária para a Ribeira, mas é bem provável que tenha sido uma das responsáveis pela permanência de firmas ali, durante tanto tempo.

UM GRANDE ERRO — Para o comerciante Manoel Maria da Costa, da firma *MM Costa*, é um grande erro tirar a Rodoviária de onde está. Do balcão de sua loja ele vê todo o



Manoel Maria contra a saída da estação rodoviária.

movimento de embarque e desembarque e já se habitou com a voz pausada e interiorana do locutor que anuncia as saídas dos coletivos da Estação Rodoviária Presidente Kennedy.

Mas apesar de tudo, ele acredita no bairro da Ribeira:

“Na rua Dr. Barata todos os prédios estão ocupados. As casas que estão fechadas, estão em restauração. O comércio está se recuperando e a movimentação em nossa loja sempre tem aumentado gradativamente. É um comércio distinto da cidade, dedicado mais a material de construção e casas de ferragens, de automóveis e de peças. Os aluguéis de alguns prédios estavam em torno de Cr\$ 1 mil, mas agora ultrapassam aos Cr\$ 5 mil”.

SOLIDIFICAÇÃO — Na Ribeira, além de *Pinheiro Chacon*, estão am-

pliando e modernizando suas instalações as firmas *Galvão Mesquita*, *Limaraju*, *Rádio Cabugi* e *Tribuna do Norte*, gráfica e livraria *Clima*. As empresas de pesca estão ocupando a rua Chile, enquanto o DETRAN anuncia um novo plano de trânsito, para beneficiar o bairro, e a Prefeitura começou a atacar um dos crônicos problemas da Ribeira: o alagamento de suas ruas e praças, durante o inverno. Para isso, está construindo uma rede de galerias pluviais.

TRADIÇÃO RENOVADA — A firma *Galvão Mesquita*, que durante muito tempo só operava na Ribeira e que agora já tem filiais no Alecrim, no Barro Vermelho e brevemente estará na Salgado Filho, é uma das tradições da Ribeira e que sempre acreditou no bairro. É o que se deduz das declarações do seu novo diretor-presidente, Paulo Vasconcelos de Paula, que mesmo sem ter conhecido a velha Ribeira, sugere que se renove a tradição e que a moda seja fazer compras como antigamente, no comércio da Ribeira.

“Eu acredito que o comércio está se recuperando. O nosso negócio por exemplo — afirma Paulo — está muito bom e não deixa a desejar da movimentação de nossas filiais. Com o estacionamento rotativo, ainda vai aumentar muito mais. Vamos esperar para que as pessoas venham à Ribeira, mas para tanto será preciso o apoio e a iniciativa dos comerciantes, decorando as vitrines como nos anos de ouro. Tudo é cíclico e a Ribeira tem que ser revalorizada”.

Café

São Luiz

100% PURO

LUIZ VEIGA & CIA. LTDA.

TORREFAÇÃO E MOAGEM "SÃO LUIZ"

40 anos de tradição e bem servir — NATAL-RN

IPTU NÃO TEM AUMENTO EM 78

O secretário das Finanças da Prefeitura Municipal de Natal torna público que em 1978 não haverá reajuste para o Imposto Predial e Territorial Urbano. Declara o secretário **Albérico Batista** que os valores dos imóveis para efeito de cobrança do IPTU não serão reajustados em virtude do grande atraso na confecção e na distribuição dos carnês de cobrança deste imposto no exercício de 1977. Na verdade, reconhece ele, muitos contribuintes ainda nem pagaram o IPTU do ano passado porque até agora não receberam os carnês.

VENDA DE GÁS SÓ COM BALANÇA

A partir de 1º de abril, a venda de gás liquefeito será subordinada à existência de balança nos postos, para que os consumidores possam conferir na hora o peso exato dos bujões. Portaria nesse sentido foi baixada pelo presidente do Conselho Nacional do Petróleo, sob o nº 238/78, e visa erradicar os inúmeros casos de abuso praticados nas revendas do gás liquefeito, em prejuízo dos consumidores.

DIÁRIO OFICIAL FIXA NORMAS PARA PUBLICAÇÕES

A direção da Companhia Editora do Rio Grande do Norte — CERN, empresa de economia mista que edita o DIÁRIO OFICIAL do Estado, está publicando aviso em que fixa normas para as publicações de matérias das repartições públicas ou de particulares. A partir de 1º de abril, as matérias deverão ser encaminhadas ao jornal datilografadas em gabaritos especiais que a CERN está desde já colocando à disposição dos interessados. A medida visa a diminuição de custos de composição e permitirá maior rapidez nas publicações das matérias.

INCENTIVOS PARA FUSÕES: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Pelo Decreto-Lei nº 1.602, o presidente da República prorrogou para 31 de dezembro de 1979 o prazo para a concessão de incentivos fiscais às empresas que promoverem expansão em suas atividades através de fusão, incorporação ou outras formas de combinação ou associação consideradas de interesse para a economia nacional. Os principais incentivos são no que se refere a Imposto de Renda.

EMPRESAS DO RN ELEVAM CAPITAL

Promoveram elevações no seu capital social, neste início de ano, as seguintes empresas: **Alcalis do Rio Grande do Norte S/A — ALCANORTE** — que tem agora capital autorizado de Cr\$ 382 milhões e integralizado de Cr\$ 305.010.000,00;

Indústria de Confeções Sparta Nordeste S/A — que passou de Cr\$ 110.189.238,00 para Cr\$ 162 milhões; **GERNA S/A — Agropecuária e Indústria**, que elevou o capital social de Cr\$ 1.120.000,00 para Cr\$ 1.680.000,00, **Editora O DIÁRIO S/A**, que passou de Cr\$ 1.946.600,00 para Cr\$ 4.812.800,00, mas que dentro de 30 dias deverá fixar em Cr\$ 7 milhões o seu capital; **NORSAL S/A — Norte Salineira Indústria e Comércio**, que elevou o capital de Cr\$ 100 milhões para Cr\$ 150 milhões; **UEB Hotéis e Turismo S/A** — que fica com capital autorizado de Cr\$ 80 milhões, capital subscrito de Cr\$ 55.419.551,00 e integralizado de Cr\$ 54.093.240,96; **CAVIM — Cia. Vicente Martins**, que elevou o capital autorizado de Cr\$ 50 milhões para Cr\$ 60 milhões.

FAZENDA FIXA COEFICIENTES DE ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Em Portaria de 1º de março, sob o nº 30, o secretário da Fazenda do Estado fixou a nova tabela de coeficientes para atualização dos débitos fiscais relativos ao ICM, inscritos ou não para cobrança executiva. A tabela agora em vigor é a seguinte:

TABELA DE COEFICIENTES DE ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS FISCAIS DO ICM A VIGORAR NO MÊS DE MARÇO DE 1978

ANO	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
JANEIRO		5,875	4,912	4,004	3,473	3,078	2,309	1,859	1,354	1,041
FEVEREIRO		5,746	4,818	3,956	3,434	3,018	2,279	1,825	1,325	1,021
MARÇO		5,620	4,731	3,905	3,400	2,987	2,245	1,791	1,303	1,000
ABRIL		5,509	4,669	3,857	3,365	2,943	2,209	1,751	1,277	
MAYO		5,448	4,623	3,814	3,325	2,906	2,168	1,711	1,249	
JUNHO		5,398	4,570	3,764	3,287	2,860	2,126	1,669	1,214	
JULHO	6,324	5,348	4,506	3,701	3,246	2,800	2,078	1,620	1,176	
AGOSTO	6,240	5,267	4,418	3,636	3,210	2,710	2,040	1,574	1,138	
SETEMBRO	6,197	5,221	4,332	3,584	3,182	2,596	2,006	1,535	1,109	
OUTUBRO	6,151	5,172	4,243	3,555	3,155	2,478	1,975	1,493	1,086	
NOVEMBRO	6,096	5,111	4,152	3,529	3,125	2,388	1,936	1,446	1,071	
DEZEMBRO	5,998	5,016	4,070	3,496	3,104	2,338	1,895	1,395	1,057	

DECRETO REGULAMENTA ATRIBUIÇÕES DO BDRN

Através do Decreto nº 7.034, de 1º de março corrente, o governador Tarcísio Maia regulamenta o Sistema de Planejamento do Rio Grande do Norte — SISPLAN, do qual é parte integrante o Banco de Desenvolvimento do Estado (BDRN). A partir de agora, o BDRN passa a ter as seguintes atribuições: a) adoção de estímulos ao setor privado para integrar suas atividades no processo de desenvolvimento econômico e social, objetivados no plano geral de governo; b) colaboração na difusão de procedimentos e técnicas que acelerem a modernização do setor privado; c) apoio aos programas de formação de pessoal para o setor privado, em conformidade com diretrizes do órgão central do SISPLAN (que é a Secretaria de Planejamento do Estado).

OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS EM ABRIL

Em abril, as empresas terão as seguintes obrigações fiscais e sociais:

Dia 10 — último dia para o recolhimento do PIS;

Dia 15 — prazo para entrega das relações de empregados admitidos ou dispensados no mês de março, na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho;

Dia 28 — recolhimento ao Banco do Brasil do imposto sobre Serviços de Transportes Intermunicipal e Interestadual de Passageiros e Cargas;

Dia 30 — recolhimento do Imposto de Renda retido na fonte, dos empregados e dos rendimentos pagos a título de comissão, honorários, etc., no mês de março; último prazo para recolhimento das seguintes obrigações: INPS, IPI e ICM.



ALPARGATAS CONFEÇÕES NORDESTE S.A.

C.G.C. 08.340.499/0001-98

EXERCÍCIO DE 1977

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas:

Dando cumprimento aos dispositivos legais, vimos submeter à apreciação de V. Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do patrimônio líquido e da origem e aplicações dos recursos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1977. Esta Diretoria fica à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que julgarem necessárias.

Natal, 9 de março de 1978

A DIRETORIA

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 1977 (Notas 1, 2 e 3)

ATIVO		PASSIVO	
(Valores em mil cruzeiros)		(Valores em mil cruzeiros)	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e bancos	1.355	Fornecedores	16.707
Duplicatas a receber	102.380	Contas a pagar	9.392
Contas a receber	2.391	Empréstimos a pagar	8.856
	104.771	Provisões	
Menos: Provisão para devedores duvidosos	3.071	Imposto de renda	2.441
Provisão para descontos	1.571	Outras	2.687
Estoques (Nota 4)	48.205	Total do passivo circulante	40.083
Depósitos para importações	611	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Depósito vinculado - ICM	2.493	Empréstimos a pagar (Nota 6)	39.470
Despesas do exercício seguinte	196	Conta de empresa coligada	60.551
Total do ativo circulante	152.989	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		Incentivos Fiscais - ICM	2.491
Empréstimos compulsórios (deduzidas as provisões de MCr\$ 225)	145	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
PERMANENTE		Capital	
Investimentos diversos	313	Autorizado MCr\$ 50.000	
Imobilizado (Nota 5)	57.749	Realizado (Nota 7)	42.899
Despesas de implantação (deduzidas as amortizações de MCr\$ 5.065)	10.965	Reservas de capital	25.037
	69.027	Reservas de lucros	936
	222.161	Lucros acumulados	10.694
			79.566
			222.161

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 1977 (Notas 1, 2 e 3)

		(Valores em mil cruzeiros)
Vendas dos produtos		205.234
Imposto faturado (IPI)		7.886
VENDAS LÍQUIDAS		197.348
Custo dos produtos vendidos		134.590
LUCRO BRUTO		62.758
DESPESAS		
Com vendas:		
Imposto de Circulação de mercadorias	10.262	
Provisão para devedores duvidosos	2.606	
Outras	5.949	18.817
Gerais:		
Administrativas	14.203	
Financeiras (deduzidas as receitas de MCr\$ 1.073)	10.887	
Outras	4.434	29.524
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Incentivo fiscal - ICM		536
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		14.953
Provisão para o imposto de renda		2.441
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.512

Movimento do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 1977 (Notas 1, 2 e 3)

	(Valores em mil cruzeiros)				
	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/76	30.961	2.126	310	2.463	35.860
Correção monetária do ativo imobilizado		11.655			11.655
Aumento de capital:					
Em dinheiro	2.915				2.915
Incentivos fiscais - FINOR	8.725				8.725
Reserva de incentivo fiscal ICM	298	(298)			
Ajuste de provisão para imposto de renda de exercícios anteriores		68		(144)	(76)
Correção monetária especial do ativo imobilizado (Decreto-Lei 1.598)		7.705			7.705
Incentivos fiscais		270			270
Lucro líquido do exercício				12.512	12.512
Distribuição proposta à AGO					
Reserva legal			626	(626)	
Reserva para manutenção do capital de giro		628		(628)	
Reserva - Isenção do imposto de renda - Lei					

Origem e Aplicação de Recursos

Exercício findo em 31 de dezembro de 1977 (Notas 1, 2 e 3)

		(Valores em mil cruzeiros)
ORIGEM DOS RECURSOS		
Lucro líquido		12.512
Depreciação do imobilizado		3.480
Amortização das despesas de implantação		3.842
Total oriundo de operações		19.834
Aumento do exigível a longo prazo		45.100
Aumento do capital em dinheiro		11.640
Aumento das receitas diferidas - ICM		2.097
		78.671
APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Adições ao ativo imobilizado		665
Aumento de:		
Realizável a longo prazo		84
Investimentos		12
Despesas de implantação		4.859
		5.620

4.239/63	2.347	(2.347)		
Reserva - Incentivo fiscal - ICM	536	(536)		
Saldo em 31/12/77	42.899	25.037	936	10.694
				79.566

As reservas de capital compreendem as contas de correção monetária do ativo imobilizado MCr\$ 20.396, manutenção do capital de giro MCr\$ 628, isenção do imposto sobre a renda MCr\$ 3.185, incentivo fiscal - ICM MCr\$ 536, incentivo fiscal MCr\$ 270 e fundo para aumento de capital MCr\$ 22. As reservas de lucro correspondem à reserva legal MCr\$ 936.

AUMENTO DO CAPITAL DE GIRO		73.051
Representado por:		
	Ano Anterior	Ano Corrente
Ativo circulante	67.984	152.989
Passivo circulante	28.129	40.083
	<u>39.855</u>	<u>112.906</u>
		<u>73.051</u>

Notas Explicativas

(Valores em mil cruzeiros)

Nota 1 - DIRETRIZES CONTÁBEIS

Entre os princípios e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações financeiras, destacam-se:

- Ativos e passivos circulantes**
Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até 360 dias são classificados como circulantes.
- Provisão para devedores duvidosos**
É constituída por montante que se estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas que poderão decorrer da realização de contas a receber.
- Provisão para descontos**
É constituída por estimativa, baseada em experiências anteriores, dos descontos por pagamento antecipado de duplicatas a vencer.
- Estoques**
São demonstrados aos custos médios de compra ou produção, inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado em cada importação.
- Depósito vinculado - ICM**
A companhia goza de redução, até 31 de dezembro de 1978, de 48% do imposto de circulação de mercadorias (ICM) a pagar. O montante equivalente à redução é depositado em conta bancária vinculada classificada no ativo circulante, a crédito de resultados de exercícios futuros. Na ocasião da liberação dos depósitos é feita a transferência para conta bancária de movimento e procedida a apropriação de resultados de exercícios futuros para os resultados do exercício para posterior apropriação em conta de reserva para aumento de capital.
- Empréstimos compulsórios**
São demonstrados ao custo, menos provisão para possíveis perdas na realização.
- Investimentos diversos**
São demonstrados ao custo, mais ações bonificadas recebidas.
- Imobilizado**
É demonstrado ao custo de compra ou construção, mais correção monetária baseada em normas e coeficientes oficiais que refletem a correção dos valores monetários até o ano corrente. O produto da correção monetária é levado às reservas de capital. A depreciação sobre o custo e correção monetária é computada pelo método linear e absorvida no custo da produção ou diretamente nos resultados. As taxas utilizadas levam em conta a estimativa de vida útil dos bens.
- Despesas de implantação**
São amortizadas pelo método linear com base em cinco anos e absorvidas diretamente nos resultados.
- Imposto de renda**
Nos termos da Lei nº 4.239/63, a companhia goza até o exercício de 1978, inclusive, da redução de 50% do imposto de renda sobre os resultados das vendas de produtos de fabricação própria, devendo, todavia, constituir reserva pelo valor equivalente ao da redução e utilizá-la em aumento de capital. As transações não contempladas pela redução estão sujeitas a pagamento normal de imposto de renda, cuja provisão é constituída pelo montante bruto do imposto a recolher, inclusive a parcela de aplicação em incentivos fiscais.
- Manutenção do capital de giro**
É constituída mediante fórmula e índices oficiais e tratada como apropriação de resultados.

Nota 2 - RESULTADOS FUTUROS

A partir do exercício social de 1978, as demonstrações financeiras deverão refletir os princípios estabelecidos pela Lei 6.404 (Sociedades por Ações) e Decreto-Lei 1598 (Imposto sobre a Renda), os quais ocasionarão reflexos nos resultados daquele exercício e dos futuros, devido principalmente à contabilização dos efeitos da inflação sobre o ativo permanente e o patrimônio líquido contábil antes da apuração dos resultados do exercício.

Nota 3 - MUDANÇA DE DIRETRIZES CONTÁBEIS

Correção monetária especial do imobilizado
Baseada na opção do Decreto-Lei 1.598, a Alpargatas Confeccões Nordeste S.A. contabilizou a correção monetária especial do imobilizado aos preços vigentes em 31 de dezembro de 1977, conforme índices oficiais. O aumento líquido de MCr\$ 13.797 foi utilizado para absorver correções monetárias de financiamentos para aquisição de imobilizado no valor de MCr\$ 6.092 e o remanescente (MCr\$ 7.705) levado à conta de reserva de capital.

Nota 4 - ESTOQUES

Produtos acabados	20.233	
Produtos em processo	4.903	
Matéria-prima	27.730	
Materiais diversos	32	
Importações em andamento	267	53.165
Menos: Provisão para ICM nos estoques		4.960
		<u>48.205</u>

Nota 5 - IMOBILIZADO

	Custo e correção	Depreciação acumulada	Total
Imóveis	31.929	1.132	30.797
Máquinas e equipamentos	30.908	6.652	24.256
Móveis e utensílios	2.822	691	2.131
Veículos	371	117	254
Obras em andamento	311		311
	<u>66.341</u>	<u>8.592</u>	<u>57.749</u>

Foi contabilizada depreciação no exercício no valor de Cr\$ 3.480.

Nota 6 - EMPRÉSTIMOS A PAGAR A LONGO PRAZO

Em moeda nacional
Concedido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, à taxa de juros de 6% a.a. e correção monetária, com vencimento entre janeiro de 1979 e setembro de 1983 e garantido por hipoteca de bens no valor de MCr\$ 92.868

39.470

Nota 7 - CAPITAL REALIZADO

	Nº de ações de Cr\$ 1 cada
Ordinárias	13.000.000
Subscritas com recursos próprios	
Preferenciais	
Classe A	
Subscritas com recursos dos artigos 34/18 - SUDENE	7.954.585
Classe B	
Subscritas com recursos do FINOR	21.944.406
	<u>42.898.991</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos de 8% ao ano. As ações preferenciais classe "A" são intransferíveis por cinco anos contados da conclusão do projeto, a juízo da SUDENE. As preferenciais classe "B" são intransferíveis por quatro anos contados da data em que forem permutadas pelo FINOR com os investidores.

D. REEVES
Presidente

JOÃO VALÉRIO DE SOUZA
Diretor

IAN GEORGE JOHNSTON
Diretor

ABEL PASCUAL LÓPEZ
Diretor

HOWARD MALLEK
Diretor

PAULO COSTA JR.
Diretor

JOSE MARIA DO NASCIMENTO
Téc. Contabilidade CRC-RN 1.442

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ilmos. Srs. Acionistas

ALPARGATAS CONFECÇÕES NORDESTE S.A.

Examinamos o balanço patrimonial da Alpargatas Confeccões Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 1977 e as correspondentes demonstrações do resultado, do movimento das contas do patrimônio líquido e de origem e aplicação de recursos do exercício findo nessa mesma data. Efetuamos nosso exame consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras são fidedignas demonstrações da posição financeira da Alpargatas Confeccões Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 1977, do resultado das operações, do movimento das contas do patrimônio líquido e de origem e aplicação de recursos do exercício findo nessa data, de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados. Com exceção da mudança referida na Nota 3, todos os demais princípios contábeis foram aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

Natal, 9 de março de 1978

CONTADOR RESPONSÁVEL - CARLOS DE SOUZA CARVALHO
CRC - RS - 8314 "S" RN - DEMEC - RAI - 72/016 - 6 - FJ

PRICE WATERHOUSE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC - SP - 180 "S" RN
DEMEC - RAI - 72/016 - PJ

Ilmos. Srs. Acionistas

ALPARGATAS CONFECÇÕES NORDESTE S.A.

Examinamos, com a colaboração dos auditores independentes, os documentos relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 1977, que nos foram apresentados pela Diretoria da Sociedade, para fins do Artigo 127, Inciso III, do Decreto-Lei nº 2.627 de 1940. Baseados no exame efetuado e nas informações e explicações obtidas da Diretoria, somos de parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação dos Senhores Acionistas.

Natal, 9 de março de 1978

SERGIO MARIO GUSSON CHOMKO

LUIZ ANTONIO PUPO

EVERALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Soriedem S.A. Confecções

Soriedem S/A Confecções
Av. Salgado Filho, 2233 — Potilândia
CGC: 08.398.489/0001-03
Inscrição Estadual: 20002042-0

CAPITAL AUTORIZADO..... 150.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO E
INTEGRALIZADO..... 68.595.339,00

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo determinação legal e estatutária, apresentamos ao exame de V. Sas. os resultados do exercício social da Empresa, encerrado em 31 de dezembro de 1977, retratados no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados.

O somatório dos esforços de nossos funcionários, nos diversos setores da Empresa, aliado à confiança que nunca nos faltou das principais instituições Financeiras do País e da SUDENE, foram os fatores decisivos para obtenção desses resultados.

Finalmente, informamos aos senhores acionistas que apesar de satisfatório o resultado apresentado no exercício, com um lucro líquido de 5% sobre o capital, não nos foi possível fazer o provisionamento de parcela para pagamento de dividendos, desde que as

reservas obrigatórias constituídas absorveram 99,98% do referido resultado.

Não obstante, sendo todas as reservas constituídas capitalizáveis e considerando-se mais a reserva da correção monetária decorrente da correção especial prevista no Decreto-Lei nº 1.598/77, terão os acionistas da SORIEDEM uma bonificação assegurada de 31% sobre o valor nominal de suas ações.

São bem mais promissoras as expectativas para o exercício de 1978, diante da consolidação de uma série de posições da política administrativa da sociedade, sobretudo nas áreas comercial e de produção, que acabam de atingir a plenitude de sua maturação.

Natal, 18 de Janeiro de 1978.
A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977 (NOTAS 1 e 2)

QUADRO I

ATIVO		CR\$	PASSIVO		CR\$
CIRCULANTE		108.713.110	CIRCULANTE		29.721.726
Disponível		10.144.965	Fornecedores		20.606.513
Bens numerários		50.000	Instituições Financeiras (Nota 6)		889.280
Depósitos bancários a vista		10.094.965	Impostos e Contribuições sociais a pagar		6.190.943
Créditos		53.614.511	Credores por investimentos		173.831
Contas a receber de clientes		84.024.512	Provisão para Imposto de Renda		1.068.081
(-) Duplicatas descontadas		(34.373.714)	Provisão para Perdas eventuais		2.566
(-) Provisão para devedores duvidosos		(2.520.735)	Credores Diversos		790.512
Adiantamentos a fornecedores		381.269	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		21.185.595
Bancos conta vinculada		663.108	Instituições Financeiras (Nota 6)		19.737.000
Contas Correntes		3.891.633	Credores por Investimentos (Nota 7)		1.448.595
Depósitos de incentivos fiscais pendentes de liberação		1.436.031	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (QUADRO III)		91.174.355
Depósitos para importação		112.407	Capital social subscrito e integralizado (Nota 8)		68.595.339
Estoques (Nota 3)		44.927.224	Reservas para aumento de capital sistemática anterior (Nota 9)		17.881.048
Despesas Diferidas		26.410	Correção monetária do ativo imobilizado		5.583.328
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.812.155	Provisão para manutenção do capital de giro		12.297.720
Contas Correntes		1.639.693	Reservas de Lucros		4.697.037
Empréstimo Compulsório — Leis 1.520 e 4.155/62		96.602			
Cauções		29.636			
Bancos c/vinculada -Arts. 34/18 Nota 4		46.224			
ATIVO PERMANENTE		31.556.411			
Investimentos		513.947			
Participações em outras empresas		242.357			
Depósitos p/Investimentos — FINOR		224.005			
Obrigações da Eletrobrás		47.585			
Imobilizado (Nota 5)		29.843.669			

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977 (Notas 1 e 2)

	Cr\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	164.550.664
Produtos de fabricação própria	160.774.971
Outros produtos	3.775.693
MENOS	(16.184.446)
(-) Imposto Faturado (IPI)	(6.065.314)
(-) Deduções das Vendas	(6.108.637)
(-) Abatimentos e descontos s/vendas	(4.010.495)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	148.366.218
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	84.094.978
LUCRO BRUTO	64.271.240
DESPESAS OPERACIONAIS	40.146.643
Com vendas	19.422.380
Administrativas e Gerais	17.141.605
Provisão para devedores duvidosos	2.461.016
Depreciações e Amortizações	1.121.642
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	7.458.670
Financeiras	10.879.825
Despesas Financeiras	11.992.044
(-) Receitas Financeiras	(1.112.219)
(-) Incentivos Fiscais	(3.421.155)
LUCRO OPERACIONAL	16.665.927
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	756.985
Lucro na venda de bens do Ativo imobilizado	19.342
Receitas não operacionais	737.643
DESPESAS P/MANUTENÇÃO CAPITAL GIRO PRÓPRIO	12.297.720

corrigidas	(8.317.716)	Isenção do imposto de renda Decreto 64.214/69	707.393
Diferido	1.198.795	Dedução do ICM — Lei 4.669/77	3.181.301
Despesas de Implantação	2.210.184	Lucros acumulados	931
(-) Amortizações Acumuladas	(1.011.389)		
	<u>142.081.676</u>		<u>142.081.676</u>

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (0,049 POR AÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO)	3.349.718
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO	
Reserva estatutária	167.486
Dedução do ICM — Lei 4.669/77	3.181.301
Lucros Acumulados	931

GARIBALDI DA CUNHA MEDEIROS Diretor Presidente CPF: 003.674.274-00	EDMUNDO DA CUNHA MEDEIROS Diretor Superintendente CPF: 003.673.544-20	GENIVAL DA CUNHA MEDEIROS Diretor CPF: 010.972.884-04	JOSÉ WILSON FERNANDES DA ROCHA Diretor CPF: 005.883.344-72	JOÃO BATISTA DE MELO Diretor CPF: 011.760.054-72 TEC. CONT. REG. CRC RN 460
---	--	--	---	---

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO — EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

NOTAS 1 e 2 — (Expressa em cruzeiros)

	Capital subscrito e integralizado	Reservas para aumento de capital		Isenção de Imposto de Renda Dec. 64.214/69	Manutenção do Capital de Giro	Incentivos Fiscais Decreto 4.669/77	Reserva estatutária	Lucros Acumulados
		Correção monetária das imobilizações técnicas	Reinvestimento Decreto 55.334/64					
Saldo no início do exercício	42.247.000		170.409	310.559	10.123.461	1.540.699	640.857	347.596
Correção do Ativo Imobilizado		9.500.781						
Aumento de Capital								
Apropriação de reservas e Lucros Acumulados	16.239.768	(3.917.453)		(310.559)	(10.123.461)	(1.540.699)		(347.596)
Finor	6.336.747							
Recursos Próprios dos acionistas	3.771.824							
Lucro Líquido do exercício (Quadro II)								3.349.718
Apropriação do Lucro Lucros e Perdas			(170.409)	707.393	12.297.720	3.181.301	167.486	(3.348.787)
Saldo no fim do exercício (Quadro I)	68.595.339	5.583.328		707.393	12.297.720	3.181.301	808.343	931

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS (QUADRO IV)

Exercício findo em 31 de dezembro de 1977 — Notas 1 e 2

	CR\$
ORIGEM	54.558.334
RECURSOS INTERNOS	41.061.334
Lucro Líquido do exercício (Quadro II)	3.349.718
Depreciações e Amortizações	5.267.560
Manutenção Capital Giro Próprio	2.174.259
Aumento do Capital Social	26.348.339
Outras Reservas	3.921.458
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	13.497.000
Exigível a longo prazo	13.497.000
APLICAÇÕES	18.915.666
Ativo Circulante	17.103.511
Realizável a longo prazo	1.812.155
Excedente de recursos obtidos sobre recursos aplicados, representando acréscimo no capital de giro	35.642.668
ACRÉSCIMO NO CAPITAL DE GIRO	35.642.668
Ativo Circulante	34.352.513
Passivo Circulante	1.290.155

PARECER DOS AUDITORES

Examinamos o balanço patrimonial da SORIEDEM S/A CONFECÇÕES, levantado em 31 de dezembro de 1977 e as correspondentes demonstrações de resultados, da movimentação das contas do patrimônio e da origem e aplicação dos recursos do exercício findo nessa mesma data. Efetuamos nosso exame consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Somos do parecer que o referido balanço patrimonial e as correspondentes demonstrações de resultados, da movimentação das contas do patrimônio líquido e da origem e aplicação dos recursos são fidedignas demonstrações da posição financeira da SORIEDEM S/A CONFECÇÕES em 31 de dezembro de 1977 e do resultado das operações do exercício de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados e aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

TAMIRES PELINCA DA COSTA
Auditor Independente sob nº PE-37
GEMEC/RAI nº 75/103 PF



MULTISOM

a primeira indústria eletrônica do RN

Utilizando tecnologia própria, desenvolvida desde a época em que um de seus sócios fabricava equipamentos caseiros para uso pessoal e de amigos, uma indústria potiguar está se lançando definitivamente no mercado de equipamentos de som. Trata-se da **Multisom Comércio e Indústria Ltda.**, que com menos de um ano de atividades, já está atingindo o mercado nordestino, vendendo o seu **Amplicar 1170** para Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. E, com o aumento da produção, passará a atingir todo o Brasil.

Enquanto vendem toda a produção atual, os dirigentes da **Multisom**. Glaucus Brelaz, 24 anos, engenheiro eletrônico formado pela UFRN e que desde os 12 anos de idade exercita-se em montagem de equipamentos para som, e Ivanilson Araújo, 27 anos, proprietário da **Equipadora Lázaro e Presentes Lázaro**, responsável pelo setor comercial e financeiro da empresa, aguardam um financiamento do BDRN e Banco do Estado do Rio Grande do Norte, para que possam aumentar a capacidade de produção e promover uma diversificação na linha de

produtos. Atualmente a Multisom produz uma média de 150 amplificadores por mês, mas, segundo Glaucus Brelaz, esta produção pode atingir a 600 peças em uma primeira fase de expansão e até 2.000 peças quando forem liberados os financiamentos pleiteados ao BDRN e BANDERN.

AMPLICAR — Criado para atender a exigência de um público moderno e a quase uma necessidade da população possuidora de automóvel, o **Amplicar** é um aparelho destinado a aumentar, equalizar e oferecer uma melhor

qualidade de som. Sua criação e patente ficou por conta de Brelaz, que sendo um entusiasmado por som, começou a idealizar um meio de aumentar a qualidade, selecionando e amplificando os graves e agudos dos toca-fitas. Do trabalho feito para seu uso, começaram as solicitações de amigos e conhecidos. Daí, até a idéia de industrializar seu equipamento foi um pulo.

O primeiro passo foi a criação da firma, a **Multisom**; no entanto, faltava a Brelaz, um técnico e pesquisador, o apoio de quem entendesse da parte comercial. Foi então que entrou no negócio Ivanilson Araújo, que já trazia uma experiência de sucesso com sua loja de equipamentos para automóveis e outra de presentes. Estava começada a luta destes jovens para lançar no mercado um produto eletrônico totalmente idealizado e fabricado no Rio Grande do Norte. Toda a tecnologia foi criada aqui, na base do esforço e do sacrifício, principalmente pelo pouco apoio financeiro e pela carência de componentes para a fabricação. Tudo o que pode ser fabricado aqui, como caixa, circuito impresso, transformadores, etc, é feito na fábrica da rua Ulisses Caldas. Outros componentes vêm das fábricas de São Paulo, sendo mantidos num pequeno mas bem organizado almoxarifado.

CRESCIMENTO — Pensando em termos de crescimento, quando o financiamento do BDRN é considerado fundamental, os dirigentes da **Multisom** têm muitos planos para o futuro. Diz Ivanilson que, só com o aumento de produção do **Amplificar**, passando a fabricar 600 mensais, a fábrica vai oferecer cerca de 40 empregos diretos, ao contrário dos quinze que oferece atualmente; vai representar para o Estado um recolhimento anual de cerca de Cr\$ 1 milhão de ICM.

No entanto, não é pensamento de Brelaz e Ivanilson se limitarem



Amplificador Stereo com divisor de frequências

à produção do **Amplificar**. Outros produtos e projetos já se encontram prontos e dentro de poucos dias estarão à disposição do público. Entre as novidades que farão parte da produção da **Multisom**, pode-se contar a fabricação de caixas acústicas de diversos modelos, amplificadores para publicidade móvel, sistemas de som para auditórios de uso múltiplo (próprio para convenções, com sistemas de fio e sem fio, tradução simultânea). Também faz parte dos planos da empresa a produção de sistemas de interfones, estando este projeto bastante adiantado.

Falando sobre o **Amplificar**, o primeiro produto de fabricação da **Multisom**, os seus dirigentes mostram as suas vantagens, inclusive a de servir para a utilização de caixas de som externas e chave geral para desligar o sistema de som do carro. Diz Brelaz que acredita muito no futuro da empresa, “**pois dentro em breve, todo mundo que instalar um equipamento de som em seu carro, inevitavelmente vai querer colocar um amplificador. E, neste caso, nada melhor que um Amplificar, pois além da qualidade e da garantia, é um produto realmente potiguar**”.

APESAR DE TUDO, EXISTE OTIMISMO

O inverno deverá ser bom este ano. O mercado do algodão está reagindo, com a safra do ano passado começando a sair dos armazéns onde estava estocada por falta de compradores. Os plantadores de algodão em São Paulo estão tendo problemas com o clima, o que faz com

que se espere diminuição da produção. Os preços mínimos fixados para o produto estão sendo considerados razoáveis. Por tudo isso, surgem esperanças de que os plantadores e os beneficiadores de algodão do Rio Grande do Norte alcançarão resultados positivos em 1978.

Com o inverno que começa, gerando otimismo, a agricultura volta a ser o grande assunto no Rio Grande do Norte. Plantadores, industriais, comerciantes, homens de governo, todos se ocupam de discutir e opinar sobre as perspectivas de um ano bom para a lavoura. Depois de um 1977 que não pode ser taxado de excelente, mas que não foi um ano dos piores, os agricultores transferem suas esperanças para 1978, ano que começou com chuvas e que, por isso mesmo, já é visto por alguns como um ano de tranquilidade.

Para quem se dedica à cultura do algodão, nosso principal produto agrícola, quais são os prognósticos? Será que estas primeiras chuvas do ano já podem ser encaradas como garantia de um ano de boas safras? Ou será que os problemas acumulados dos anos anteriores continuam refletindo como desestímulo aos cotonicultores? Esperanças de normalidade existem, mas muitos ainda acham prematuro falar.

APOSENTADO — Fazendo questão de ressaltar sua condição de aposentado e fora da cotonicultura, sem no entanto negar o seu grande envolvimento com o setor, Francisco Seráfico Dantas acredita que 1978 será um ano bom para quem planta ou comercializa algodão. Para ele, os primeiros sinais positivos são as boas chuvas que estão caindo em todo o Estado e a reação do mercado, com a venda dos estoques do algodão tipo mata da safra passada.

Sobre as vendas dos estoques an-



O algodão continua sendo o principal produto agrícola do RN.

tigos, Francisco Seráfico Dantas — que até bem pouco dirigia os negócios da Nobrega & Dantas, uma das mais importantes empresas comercializadoras e beneficiadoras de algodão do RN — diz ele que nos seus contatos com agricultores e maquinistas tem sabido que aos poucos o produto que não tinha nem preço nem mercado já começa a se esgotar. Só o algodão fibra longa ainda não encontrou compradores. Para ele, as modificações acontecidas na produção paulista vieram beneficiar o Nordeste.

Ainda abordando as perspectivas para 1978, Seráfico deixa claro que os preços mínimos fixados pelo governo estão deixando os agricultores satisfeitos, pois comercializados dentro desses preços o algodão vai deixar uma boa margem de lucro. Atualmente, o algodão está cotado a Cr\$ 6,57 (fibra curta) e a Cr\$ 10,44 (tipo seridó, fibra longa).

MUITO CEDO — “O algodão é um negócio muito difícil e muito pouca gente pode afirmar que enten-

de mesmo do produto''. Esta é a opinião de Kleber Bezerra, diretor da empresa Theodorico Bezerra Indústria e Comércio S/A, uma das mais tradicionais do ramo algodoeiro do Rio Grande do Norte. Declara Kleber que as previsões para este ano são de fato as melhores possíveis. Porém, ninguém está livre de um reverterio.

Segundo o empresário, as chuvas que caem nas regiões Seridó e Oeste podem significar tranqüilidade para os plantadores daquelas áreas, coisa que já não ocorre com os que estão em outras partes do Estado, como ele mesmo, que planta na zona do Trairi.

Além de não se ter certeza de bom inverno, lembra Kleber Bezerra que outros fatores poderão e deverão influenciar a cultura algodoeira, como por exemplo a chuva em excesso, as pragas, os problemas da comercialização, etc. Em anos anteriores, tudo correu muito bem, mas quando chegou na hora de vender a safra não havia preço. A safra teve de ficar estocada, gerando dificuldades quase insuperáveis para quem se dedica ao negócio.

HÁ CRÉDITO — Outro que acredita que ainda é muito cedo para falar sobre o futuro do algodão é o plantador Djalma Medeiros, da Indústria Medeiros & Cia. Djalma se refere às boas chuvas como um bom prenúncio e como uma razão lógica para o otimismo de quem vive da agricultura. A esta altura, todo mundo está fundando suas culturas com muita esperança.

Por outro lado, não está havendo dificuldades maiores para a obtenção de financiamentos nos bancos oficiais para o plantio. O que é mais difícil é obter dinheiro para fazer desmatamento, para aumentar as áreas cultivadas. Porém, os que vivem do algodão não reclamam muito disso.

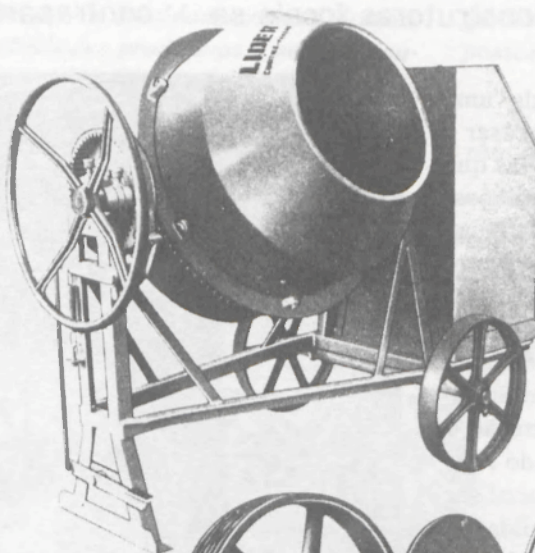
Olhando para outro ângulo do problema, Djalma Medeiros observa que os preços mínimos talvez tragam problemas para os industriais do setor, que não dispõem de capital

suficiente por não terem comercializado ainda uma boa parte da safra passada. O preço está bom, mas ainda não faz justiça ao trabalho de quem planta.

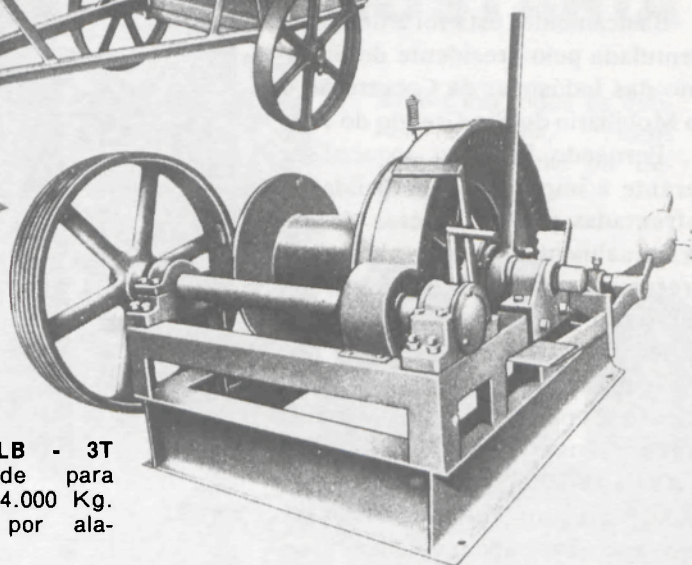
A qualidade do algodão também está a merecer maior cuidado. Espera-se que providências sejam adotadas no sentido de selecionar sementes para que as fibras sejam mais

uniformes. Djalma tem muita confiança nas pesquisas que a EMBRAPA (empresa do governo federal voltada para as pesquisas agrícolas e pecuárias) está fazendo no campo do algodão, buscando principalmente elevar a produtividade. Somente com maior produtividade a cotonicultura sobreviverá no Rio Grande do Norte.

DISTRIBUIDORES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL.



BETONEIRA MANUAL
— Motor elétrico de 3HP. Base de giro sobre rolamentos. Equipada com rodas de ferro ou pneumáticas.



GUINCHO GLB - 3T
— Capacidade para pesos de até 4.000 Kg. Acionamento por alavanca manual.



QUEIROZ OLIVEIRA

MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

Av. Rio Branco 185 - Tel PABX 222-2056
Natal - Rio Grande do Norte -

Rua Felipe Camarão, 257 Fone: - 321-206
Mossoró Rio Grande do Norte —

CONSTRUÇÃO CIVIL REVELA OS SEUS PROBLEMAS

Dia 10 de março último, a imprensa foi convidada a participar de um almoço com as lideranças empresariais da construção civil no Rio Grande do Norte. No encontro, o presidente do sindicato das empreiteiras, engenheiro Fernando Bezerra, denunciou o prenúncio de uma grave crise financeira no setor, em face do atraso no pagamento de faturas pelo BNH.

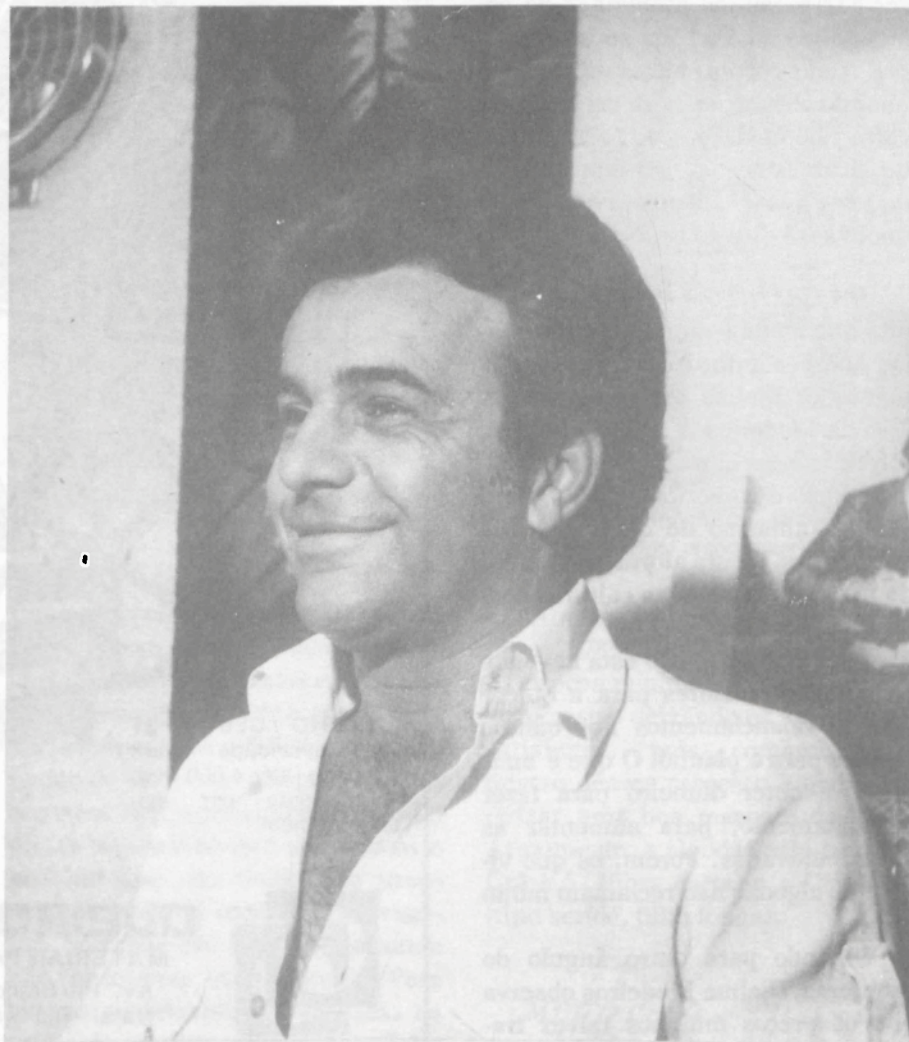
O volume dos débitos do poder público para com as construtoras locais se

eleva à elevada cifra de quase Cr\$ 500 milhões, havendo caso de contas vencidas há mais de três anos. O que os empresários pretendem ao tornar públicos esses fatos é pleitear ao governo alguma forma de reciprocidade, pois na hora em que qualquer empresa recolhe fora do vencimento suas obrigações fiscais e sociais é obrigada a arcar com pesadas multas, juros e correção monetária. Na hora de receber contas atrasadas, porém, a empresa privada não faz jus a nenhuma contrapartida do governo.

Sem que seja encontrada uma fórmula do poder público apressar o pagamento de faturas atrasadas que chegam a quase Cr\$ 500 milhões, muito em breve a indústria da construção civil do Rio Grande do Norte sofrerá um colapso e pelo menos 15 mil operários ficarão sem emprego.

Basicamente, esta foi a denúncia formulada pelo presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário do Rio Grande do Norte, Fernando Bezerra, ao analisar perante a imprensa as dificuldades enfrentadas pelas empresas do setor, atualmente. Responsabilizando diretamente o Banco Nacional da Habitação pelo problema, declarou o líder da classe que este órgão não vem repassando dentro dos prazos os recursos para que os seus agentes paguem seus compromissos. Assim, a COHAB-RN, o INOCOOP, a CAERN, órgãos que desenvolvem programas com apoio financeiro do BNH, estão constantemente em débito com as empresas de construção.

DESABAFO — Refletindo a situação angustiante dos empreiteiros, Fernando Bezerra fez um desabafo, afirmando:



Fernando Bezerra: "a construção civil pode parar"

“Empreiteiro de obra é também filho de Deus, paga imposto e tem deveres para com terceiros. Por isso, só desejamos que o governo cumpra os compromissos assumidos, pagando em dia as faturas que lhe são apresentadas. Isto não é favor. É dever, pois quando atrasamos um dia de INPS, FGTS, Imposto de Renda, desembolsamos altíssimas somas para fazer face a multa e correção monetária, além de ficarmos praticamente interditados de comerciar”.

Ele ainda foi um pouco mais longe na sua crítica ao momento atual, ao afirmar que *“existem pessoas que consideram o empreiteiro de obras desonesto até prova em contrário. Isso, além de macular a nossa imagem, contém uma profunda injustiça, na medida em que exercemos atividade industrial de largo cunho social e, quando deixamos de cumprir certos compromissos, somos impelidos por fatores absoluta-*



O BNH é apontado como mal pagador.

mente alheios à nossa vontade. Está na hora de exigirmos a nossa posição em pé de igualdade com as demais atividades produtivas e sermos considerados úteis aos governos, pois as nossas empresas constroem não apenas edifícios, pontes ou asseme-

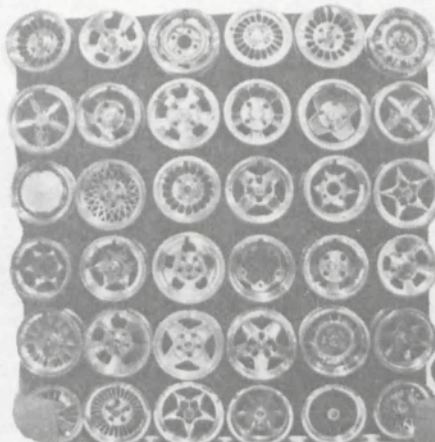
lhados, mas também o progresso do país, ativando o comércio, empregando mão-de-obra e pagando impostos”.

SOLUÇÕES SUGERIDAS — Porém, o tom das palavras de Fernan-

O ACESSÓRIO QUE VOCÊ QUERIA PELO PREÇO QUE VOCÊ GOSTARIA

EQUIPADORA LAZARO

Avenida Deodoro, 431 — telefone (DDD 0842) 222-0284 Natal-RN.



Rodas em todos os estilos, Bancos, Vidros Ray-Ban, Fumé ou Degradé.



BREVEMENTE, A NOVA ONDA: FAIXA DO CIDADÃO, PARA VOCÊ NUNCA FICAR SOZINHO.

do Bezerra não foi apenas de crítica. Ele apontou várias sugestões para os tantos problemas que vivem hoje os empreiteiros que prestam serviços ao poder público. Entre outras idéias, ele assinalou que uma medida que aliviaria muito a classe empresarial do setor seria a permissão do governo para que as construtoras pudessem pagar suas obrigações fiscais e trabalhistas utilizando créditos vencidos e não liquidados pelo próprio poder público. Ou seja: se uma empresa dispõe de uma soma a receber de um órgão do governo, que ela possa pagar seus impostos com esse dinheiro que o governo lhe deve.

Uma outra sugestão para que o empresariado nacional, especialmente o nordestino, da área da construção civil, não venha a sucumbir na luta que já começa a ser travada com grandes grupos multinacionais, seria a criação de barreiras protecionistas. O presidente do sindicato reconhece que o princípio do livre comércio é um direito imposterável,

assegurado pela própria Constituição Federal. Porém, em muitos Estados tem se tornado norma dar preferência às indústrias locais quando haja igualdade de condições nas propostas para execução de obras. Pleiteia-se a criação, no RN, de um critério que já é usual lá fora, qual seja a dedução dos preços globais ofertados nas licitações, para efeito de comparação, do percentual de 7%, de acordo com a alíquota incidente do ISS a ser pago às prefeituras, onde ocorrer o fato gerador.

Por fim, para fazer com que as empreiteiras de fora que venham construir obras no Rio Grande do Norte tenham um mínimo de vinculação com o Estado e deixem algo aqui, Fernando Bezerra sugere que o governo exija, nas concorrências, a apresentação do certificado de filiação regular ao sindicato local da classe.

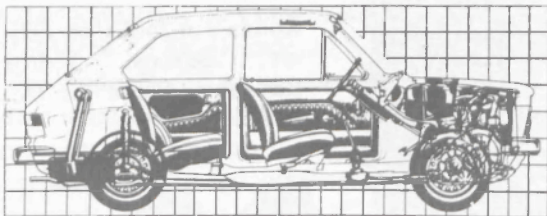
LICITAÇÕES E REAJUSTES — Fernando Bezerra lamentou que o governador Tarcísio Maia ainda não

tenha se pronunciado acerca de uma série de considerações que em junho de 1977 os empresários da construção civil do Estado lhe apresentaram.

Naquela época, depois de alguns impasses entre firmas construtoras e alguns setores da administração estadual que estavam praticamente entregando todas as obras públicas a empresas vindas de fora (especialmente do Ceará), os empresários tiveram um encontro com o governador para um diálogo. Ao final da reunião, os ânimos estavam serenados, pois Tarcísio Maia demonstrara interesse em quebrar arestas e até reconheceu a razão de vários pontos de vista das empreiteiras.

Na ocasião, reivindicaram as construtoras que o Estado deixasse de levar em conta, nas suas licitações, o princípio do menor preço, princípio este que se encontra superado na conjuntura econômico-financeira atual e tem causado sérios problemas que às vezes se transformam até em prejuízo para o poder públi-

Já temos o FIAT 147 que você tanto deseja, pelo preço que sua mulher estava querendo.



DUAUTO VEÍCULOS

Av. Presidente Bandeira, 1240 Alecrim Fones: 231-6132 e 231-3927.

co, pois certas firmas vencem as concorrências apresentando preços irreais e não podem cumprir fielmente o contrato, o que implica em quebra de prazo de conclusão, lutas judiciais e, por fim, contratação de nova empresa para concluir a obra, o que a torna bem mais cara. O critério moderno e lógico, no entender de Fernando Bezerra, é o do preço médio, hoje em vigor em quase toda parte.

Por fim, pretendem as empreiteiras ainda que o governo adote duas providências importantes: 1)

permita a inclusão de cláusula permissiva de reajustamentos nos contratos dos órgãos da administração estadual (prevendo-se essa condição no próprio edital de concorrências); e 2) o pagamento de correção monetária nas faturas que não sejam liquidadas no prazo de 30 dias após o vencimento. Essas reivindicações, diz Fernando Bezerra, *"se confundem com a própria conjuntura nacional, a partir do instante em que o próprio governo federal estimula a busca da verdade financeira e econômica"*.



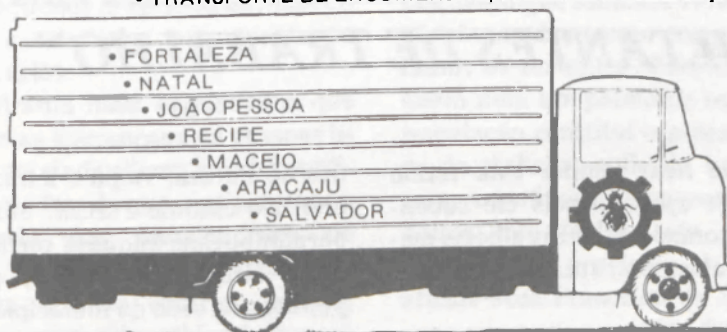
**ESTA MARCA
REPRESENTA
A SOLUÇÃO
PARA O SEU
PROBLEMA.
NÃO IMPORTA
QUAL SEJA ELE.**

SOMOS UMA EMPRESA DE SERVIÇOS A SERVIÇO DAS GRANDES EMPRESAS, ATUANDO EM 11 ESTADOS COM:

- SERVIÇOS MÉDICOS E PARAMÉDICOS
- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS
- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS
- ENGENHARIA AGRO-PECUÁRIA

- ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS
- SEGURANÇA E VIGILÂNCIA OSTENSIVA
- IMPLANTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS
- LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA E ESPECIALIZADA

- MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA
- LIMPEZA INDUSTRIAL
- TRANSPORTE DE ENCOMENDAS; VALORES E MUDANÇAS



embraSel

EMPRESA BRASILEIRA DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

RUA FLORIANO PEIXOTO, 422 — FONES: 222-4604 — 222-4287
— NATAL-RN

Philco Split System.

O ar condicionado que você não vê, não ouve, mas sente.

As vantagens do ar condicionado central são conhecidas.

Sabemos também que os sistemas convencionais são caros e de difícil instalação.

Por isso a Philco lançou o **SPLIT SYTEM**. Um ar condicionado projetado para escritórios, lojas, restaurantes e residências.

Sua instalação é simples e fica fora do ambiente, invisível. Seu preço é 40% menor do que os demais sistemas.

Chame a **SUMMA ENGENHARIA**. Nós daremos assessoria técnica que você desejar.

Projeto
Venda
Instalação e
Manutenção com
garantia da fábrica



SUMMA
ENGENHARIA LTDA.

Rua Fabrício Pedroza, 46 - Fone: (084) 2225857
.. Cx. Postal, 15 - Natal-RN
Rua Salvador de Sá, 398 - Fone: (0812) 222267 - Recife-PE

Revendedor Autorizado

PHILCO

O RN PRECISA DE REFORMA AGRÁRIA

O Rio Grande do Norte é parte integrante de uma estrutura agrária defeituosa e superada que vem resistindo a quatro séculos de extremos: latifúndios ou minifúndios. Ou seja, as propriedades rurais não são convenientemente exploradas para a agricultura porque são grandes demais e seus donos não possuem capital suficiente para beneficiá-las, ou então porque são pequenas demais e o seu cultivo é anti-econômico. Essa é a realidade agrícola de quase todo o país, principalmente a do Nordeste.

Oitenta por cento dos imóveis rurais do Rio Grande do Norte são constituídos de minifúndios que, entretanto, ocupam menos de vinte por cento da área total do Estado. Enquanto isso, 19,16% das fazendas são latifúndios e abrangem 77% do território. Para as empresas rurais relativamente organizadas e produtivas sobram apenas três por cento das terras. Estes dados são do últi-

mo recenseamento econômico, realizado em 1972, que ainda oferece os seguintes números: naquele ano, existiam no RN 62.679 propriedades, das quais 38.669 tinham área inferior a 25 hectares; 61,69% dos imóveis rurais ocupavam somente 7,2% das áreas cultiváveis do Estado, situação que bem reflete a fragilidade da economia agrícola, pois se sabe que também os latifúndios aqui alcançam um índice muito alto de improdutividade.

Para analisar a situação agrária e explicar as razões de sua permanente crise, o repórter Edilson Braga entrevistou três autoridades no assunto: o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte, José Francisco da Silva; o secretário da Agricultura do Estado, Moacyr Duarte; e o deputado estadual Garibaldi Alves Filho. Cada um vê o problema por ângulos diferentes, mas a conclusão é a mesma: precisamos de uma reforma agrária.

José Francisco da Silva:

“OS TRABALHADORES RURAIS SE SUBMETEM A CONDIÇÕES AVILTANTES DE TRABALHO”

Um problema que até algum tempo atrás só chegava ao nosso conhecimento pelo noticiário dos jornais, agora atinge de perto várias regiões do interior do Rio Grande do Norte: a luta violenta pela posse de terras já ocupadas. O presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado (FETARN), José Francisco da Silva, refere-se a estes casos como “grilagem”, se-

bem que nem sempre este termo possa ser aplicado pois ele subentende a tomada de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade.

A FETARN, que congrega algumas dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais de vários municípios, já registrou casos de lutas violentas pela posse de terras, como também de grilagem, nas localida-

des de Pureza, Taipu e Ielmo Maranhão. No caso de Pureza, um grupo pernambucano adquiriu terras onde estão situados, inclusive, prédios públicos da sede do município, como a prefeitura, a delegacia de polícia e a igreja. Em Taipu, no distrito de Ingá, chegou a se registrar um tiroteio entre empregados dos chamados grileiros e antigos posseiros de terras. Em ambos os casos, a FETARN

recorreu à justiça, na defesa de trabalhadores rurais sindicalizados.

AS CAUSAS — José Francisco da Silva afirma que *“existe um rosário de causas para a grilagem no Rio Grande do Norte”*. Entre as razões mais fortes para esse mal, ele enumera a falta absoluta de condições dos proprietários de minifúndios para explorar as suas terras. Diz ele:

“O pequeno proprietário não consegue resistir à menor variação climatológica. Basta uma estiagem prolongada ou um inverno em excesso para que o pequeno produtor se desorganize, perdendo às vezes toda a sua produção agrícola, que já é bastante modesta mesmo nos anos bons. Esse tipo de agricultor vive trabalhando sem nenhum suporte financeiro ou técnico. Quando ele obtém algum excedente na sua produção, vende-o imediatamente aos atravessadores”.

O presidente da FETARN complementa seu raciocínio afirmando que o nosso problema agrário não se restringe à grilagem, ao minifúndio ou ao latifúndio. Um problema mais sério do que esses acima citados é o representado pelo maior contingente da população rural sem terra, formado de trabalhadores sem remuneração fixa e sem emprego garantido.

OS SINDICATOS — A população rural vinculada aos sindicatos é constituída das seguintes categorias de trabalhadores: posseiros, rendeiros, pequenos proprietários, parceiros e assalariados permanentes e temporários.

O drama mais angustiante que envolve as lideranças e as pessoas ligadas ao sindicalismo rural é motivado pelo fato de que praticamente a totalidade dos trabalhadores do campo prestam seus serviços sem nenhum tipo de contrato escrito, quase sempre submetidos às formas mais aviltantes de posse e uso da terra, e nas piores condições de trabalho quando se trata de assalariado.

Contra isso, pouco ou nada os órgãos da classe podem fazer, pois a



José Francisco da Silva diz que existe grilagem.

própria estrutura agrária não permite melhorias de cunho social e econômico, pois, via de regra, os donos de terras e empregadores não podem pagar nem oferecer mais do que fazem atualmente, até porque ao fim de cada safra muitas vezes nem conseguem apurar o suficiente para saldar seus compromissos junto às carteiras agrícolas dos bancos oficiais.

FORÇA DE TRABALHO — O presidente da FETARN apresenta um dado para justificar o que ele qualifica de *“exploração de que são vítimas os pequenos agricultores”*. Dos trabalhadores rurais sindicalizados no Rio Grande do Norte, apenas 1,19% possui carteira do Ministério do Trabalho com contrato assinado, enquanto que somente 17,10% deles são donos das terras em que trabalham. Os restantes 82,90% não possuem nem um palmo de terra. Essa população constitui o grosso da força de trabalho aplicada na agricultura, constituída de parceiros, rendeiros, comodatários, etc.

“Mas, o problema da terra — afirma José Francisco da Silva — é uma constante em todo o Brasil, conforme o noticiário dos jornais que denunciam grilagem no Paraná, Bahia, Maranhão, Pará e Goiás. O nosso Estado passou também a sofrer desse problema como resultado de uma série de fatores onde estão

sempre presentes latifúndio, minifúndio e gente demais sem terra. A estes problemas são somados outros, tais como a rápida valorização dos imóveis, a desapropriação de terras para implantação de projetos de colonização do governo, e, finalmente, a falta de crédito para os pequenos agricultores”.

OS PROJETOS — O presidente da FETARN acha que a implantação de projetos no setor da pecuária se constitui num dos elementos que mais tem provocado o esvaziamento do meio rural e, de certa forma, aumentado a dependência do trabalhador sem terra. Este passa a ser forçado, pela sua própria condição, a trabalhar plantando capim, impedido quase sempre de ter até mesmo uma pequena área disponível para fazer para seu sustento alguma cultura de subsistência, pois toda a área da propriedade deve servir apenas ao gado.

O que é bastante grave ainda é que, tendo abandonado as culturas de algodão e cereais, que não ofereciam rentabilidade, os grandes proprietários de terras abraçaram, nos últimos anos, a pecuária de corte, que absorve menos mão-de-obra. Agora, porém, até a pecuária está sendo abandonada, pois também não está proporcionando lucro, e as fazendas entram num processo ainda mais acelerado de decadência.

Moacyr Torres Duarte:

“PROBLEMA AGRÁRIO DA REGIÃO NÃO SE RESUME A ‘LATIFÚNDIO’ E ‘MINIFÚNDIO’”

Para o secretário da Agricultura do Estado, Moacyr Duarte, a estrutura agrária do Rio Grande do Norte, a exemplo da do Nordeste, caracteriza-se basicamente pela predominância do complexo latifúndio/minifúndio. Com efeito, segundo os dados disponíveis, mais de 95% dos estabelecimentos cadastrados no Estado enquadram-se no conjunto representado pelos minifúndios e latifúndios por exploração, ocupando um percentual equivalente em termos de área registrada.

“Evidentemente — diz Moacyr Duarte — tal estrutura tem uma significativa influência sobre o desempenho de nossa agropecuária. Todavia, a rentabilidade do sistema se revela como função do grau de aproveitamento dos recursos — terra, capital e trabalho. As distorções da estrutura fundiária trazem, como uma decorrência natural, um inadequado aproveitamento desses fatores”.

Afirma o secretário da Agricultura que na medida em que os recursos permanentes dos estabelecimentos são alocados quase que exclusivamente em capital fundiário e fixo, o capital de giro líquido torna-se insuficiente para mobilizar integralmente os recursos disponíveis. Assim, a rotação dos capitais dos estabelecimentos agropecuários (receita/capital), tende a apresentar taxas extremamente reduzidas.

“Nestas circunstâncias — prossegue — uma realocação dos recursos que permitisse um maior nível de exploração dos mesmos, melhoraria consideravelmente a rentabilidade desses estabelecimentos. Esse raciocínio aplica-se, principalmente, aos estabelecimentos de tamanho maior, isto é, àqueles que justamen-

te possuem um maior grau de subutilização dos seus recursos. No caso dos pequenos estabelecimentos, a excessiva força de trabalho utilizada, comparativamente ao seu suporte físico, e os conseqüentes baixos níveis de produtividade da mesma, oneram consideravelmente os seus custos de produção”.

REALIDADE DO MEIO RURAL — Indagado se o governo deve tomar medidas para mudar a realidade do nosso meio rural, o secretário da Agricultura responde:

“Preliminarmente, é importante destacar que o problema agrário de nossa região não se resume às distorções historicamente cristalizadas em sua estrutura fundiária. Não se pode obscurecer ou diminuir os problemas decorrentes de deficiências identificáveis no âmbito da infra-estrutura rural, da comercialização da produção, da oferta de insumos e equipamentos agrícolas, da pesquisa agropecuária, do crédito, da assistência técnica e da extensão rural. Em todos esses setores, onde áreas críticas têm sido diagnosticadas, não se pode desconhecer ou desmerecer o esforço do governo estadual, sempre contando com a orientação, a colaboração e o respaldo da administração federal. A procura do aprimoramento dos órgãos e entidades componentes do setor público agrícola, tanto pela ampliação da rede de prestação de serviços, como pela sua modernização, tem sido uma preocupação sempre presente na gestão do governador Tarcísio Maia”.

Depois de analisar alguns artigos da lei federal 4.504, de 30/11/64, Moacyr Duarte afirma que, “ao preconizar, por indesejável social e eco-

nomicamente, a extinção do complexo «minifúndio/latifúndio», a nossa legislação agrária explicita o modelo que deve prevalecer, o qual se fundamenta no estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento do binômio «empresa rural/propriedade familiar», definindo, a primeira, como o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, explorado econômica e racionalmente, dentro das condições de rendimento econômico da região em que se situa, em percentagem mínima de sua área agricultável, fixada nos termos do decreto federal nº 55.891, de 31/3/65, e não se constitua em latifúndio; enquanto a segunda se caracteriza como o imóvel rural, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorvendo toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área fixada para cada região e tipo de exploração, e, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros”.

Lembra Moacyr Duarte que “a consolidação desse modelo não decorrerá jamais de uma simples divisão e/ou reagrupamento de propriedades. É necessário que, concomitantemente, os outros problemas básicos que afligem a nossa agropecuária, já mencionados, em termos genéricos, no início deste tópico, sejam sistematicamente equacionados, para, a partir daí, serem formuladas as soluções e adotadas as providências que se julgarem necessárias. Esse esforço, repetimos, vem sendo feito, com persistência, pela administração pública brasileira, em todos os níveis”.

SECRETARIA E GRILAGEM — Quando foram denunciados casos de

grilagem no Rio Grande do Norte, três funcionários da Secretaria da Agricultura foram acusados de praticá-los no município de Ielmo Marinho.

Sobre a situação, Moacyr Duarte garante que *“relatório elaborado pela Subcoordenadoria de Terras, datado de 11 de agosto de 77, informava não existir naquele setor quaisquer reclamações sobre invasões de terras por «grileiros», usineiros ou empresas agropastoris. Presentemente, esta continua a ser a situação, visto que oficialmente esta Secretaria da Agricultura não tem qualquer conhecimento da existência do problema no Estado”*.

O secretário da Agricultura somente tomou conhecimento através do noticiário da imprensa, quando informou a ocorrência de um caso de grilagem na propriedade «Lagoa de Lages», localizada em Ielmo Marinho, onde onze famílias tiveram seus direitos de acesso à terra cerceados.

Entrando em detalhes sobre o problema, Moacyr Duarte declara:

“Nos anos de 73 e 74, ainda na gestão do meu antecessor, esta Secretaria realizou o trabalho de discriminação da área da supracitada propriedade, e, em decorrência, a distribuição de três mil hectares de terras devolutas a 145 famílias de

agricultores”.

Segundo ele, *“essa distribuição obedeceu aos seguintes critérios, discriminados em ordem de precedência: 1 — aos rurícolas sem terras que já residiam na área; 2 — aos rurícolas sem terra que, embora não residindo na propriedade, residiam no município onde a mesma encontra-se situada; 3 — e aos rurícolas, chefes de famílias numerosas que residissem em qualquer município do Rio Grande do Norte”*.

“Como tem acontecido em projetos semelhantes — acrescentou — parte do grupamento beneficiado, concluído o prazo de carência exigido para a liquidação de suas dívidas para com o governo, alienam as suas parcelas a terceiros. No caso de Ielmo Marinho, as vendas atingiram 20% dos colonos assentados. Ao que consta, o pessoal denunciante é constituído por famílias remanescentes daquelas que, por sua livre vontade, haviam negociado suas parcelas, procurando, agora, localizarem-se às margens da lagoa, área esta que, de acordo com o projeto original, deve se constituir num «bem público», assegurando o abastecimento de águas não contaminadas à população”.

Depois de revelar que a Secretaria celebrou convênio com a Prefeitura de Ielmo Marinho para preser-

var as águas das lagoas de Capivara, Lages, Pacavira e Pororocas, Moacyr Duarte entende que *“sobrexiste o problema social, no que concerne a essas famílias, muito embora tenham alienado as parcelas com que foram beneficiadas no projeto, não lhes cabendo, por essa razão, o direito de ocuparem indevidamente áreas de reconhecido interesse do município”*.

E garante que sua Secretaria, *“desde que procurada pelos canais competentes, examinará o problema de todo esse pessoal, buscando encontrar a melhor solução, de forma a atender os seus anseios, sem prejuízos dos interesses maiores da comunidade”*.

Concluindo, esclarece que, quanto ao possível envolvimento dos funcionários da Secretaria da Agricultura, *“preferimos aguardar que qualquer denúncia se formalize objetivamente, a fim de que possamos adotar as providências cabíveis, muito embora estejamos consultando oficialmente o INCRA, indagando se tem qualquer conhecimento do assunto”*.

O delegado do INCRA, procurado, nem confirmou nem desmentiu a existência de grilagem no Estado, preferindo prestar qualquer declaração quando estivesse *«assenhorado da situação»*.

Garibaldi Filho:

“OS PROJETOS OFICIAIS EM NADA MUDARAM NOSSA ESTRUTURA AGRÁRIA”

Garibaldi Alves Filho é o líder do MDB na Assembléia Legislativa do Estado. Jovem, com pouco mais de 30 anos, ele tem se transformado num estudioso constante dos problemas do Rio Grande do Norte, constituindo-se, a esta altura, num dos políticos mais preparados do Estado. Para ele, a não realização de uma re-

forma agrária no Nordeste poderá até vir a constituir-se num problema de segurança nacional. Ele acompanha e apoia integralmente as conclusões dos técnicos do Banco Nacional, Gary Rucher e Pasquale Sacandizzo, que em recente relatório sobre a estrutura agrária da região nordestina, afirmaram que a manu-

tenção do atual quadro levará a futuras perturbações trabalhistas e à contínua migração dos nordestinos analfabetos e sem especialização para os centros urbanos superpovoados, como também perpetuará a estagnação da economia no Nordeste rural.

GRILAGEM — Garibaldi Filho não demonstrou nenhuma surpresa ao receber as primeiras notícias de grilagem e de lutas violentas pela posse de terras no interior do Estado. Sobre o assunto, chegou mesmo a fazer mais de um pronunciamento na Assembléia Legislativa, onde afirmou que *“a nossa estrutura contínua dominada pelo binômio latifúndio/minifúndio, que proporciona empregos, apenas numa parte do ano, para somente 1/3 da mão-de-obra existente no interior”*.

Disse o deputado que no relatório do Banco Mundial se condena veementemente todos os programas levados a efeito na região, na área agrícola, pois os mesmos não têm possibilitado nenhuma transformação da estrutura agrária, nem têm ajudado a resolver o problema da má alocação e sub-utilização da terra e da mão-de-obra.

PEQUENA EFICÁCIA — A pouca eficácia dos programas governamentais para a agricultura e a precariedade de recursos para investimento no setor, são fatos que Garibaldi Alves Filho ressalta como de grande importância para dificultar qualquer tipo de mudança.

Ele faz, então, referência a um documento da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — CEPA, divulgado recentemente, onde se declara que *“dos 47 projetos selecionados pelo poder público estadual para 1977, apenas cinco esgotaram 67% dos recursos existentes, ficando os outros 42 projetos com apenas 23% das inversões. Com o detalhe de que, entre os cinco projetos que receberam maior soma de recursos, alguns têm apresentado resultados altamente discutíveis, como o da Serra do Mel”*.

TÍTULO DE PROPRIEDADE — Assegura o deputado da oposição que a grande maioria dos produtores de baixa renda, aqueles que têm um pedaço de terra, geralmente não possuem o título de propriedade. A quase totalidade dos que não têm terra limita-se a arrendar cinco ou



Garibaldi Filho critica projetos oficiais

dez hectares para plantar milho, feijão e algodão. Porém, os proprietários exigem, além do pagamento em produto, que o trabalhador deixe plantado o capim que alimentará o rebanho bovino. E a pecuária vai, assim, desalojando o pequeno produtor.

Para Garibaldi Filho, um dos fatores que poderiam levar a uma certa normalização e organização no relacionamento trabalhador/proprietário, seria a proliferação dos sindicatos rurais. E de fato ele registra que houve um aumento substancial no quadro de sócios das entidades sindicais existentes que passaram a contar, no período 75/76 com mais 11.508 filiados, o que representou um aumento de 14% no número de trabalhadores rurais sindicalizados. Ele diz que esses dados são animadores, mas eles decorrem mais dos benefícios assegurados pelo FUNRURAL aos trabalhadores vinculados aos sindicatos, do que propriamente da compreensão da importância social da união da classe. E concluiu com um dado desanimador: de 1971 a 1976, o número de sócios das cooperativas agrícolas do Estado diminuiu em 5.666, o que, em termos percentuais, significa que houve um decréscimo no cooperativismo da ordem de 47%. E no entender de Garibaldi Alves Filho, o sistema cooperativista poderia representar uma boa opção de regime de trabalho para o campo.

A MELHOR MANEIRA DE SE COMUNICAR INTERNA E EXTERNAMENTE.

O grupo executivo GTE é um sistema que chegou para revolucionar a comunicação interna e externa de casas ou apartamentos, de maneira fácil, rápida e econômica. Possui capacidade para 2 linhas externas e mais 10 ramais. Pense nesta moderna solução e procure César S/A. Você vai preencher um item muito importante em sua vida: a comunicação.



CÉSAR S/A Comércio e Representações

RUA DR. BARATA, 209 — C. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754
NATAL-RN

A Prefeitura começa a vencer um grande desafio



No dia 27 foi aberta a concorrência para pavimentação da Avenida Prudente de Moraes.

Toda a Prudente de Moraes, da Praça Pedro Velho até o Conjunto Candelária.

São sete quilômetros e meio de extensão que receberão pavimentação asfáltica.

A Prudente de Moraes é um desafio de muitos anos.

Já derrotou muitas administrações. Mas esperamos vencê-la em 180 dias de trabalho (+).

A administração municipal assume este compromisso porque acredita na sua capacidade de trabalho e na disposição dos empresários e trabalhadores natalenses.

É bom lembrar, entretanto, que a Prudente de Moraes não é um fato isolado.

Diariamente novos serviços estão sendo contratados e concluídos para tornar melhores as condições de vida do natalense.

(+) a partir da assinatura do contrato e expedição da ordem de serviço



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

UFRN FORMA MESTRES EM ADMINISTRAÇÃO

Implantando um curso de mestrado em administração, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte dá seqüência à sua política de aperfeiçoamento do quadro docente, especialmente numa área em que são reconhecidas muitas deficiências.

A implantação do curso de pós-graduação em administração, a nível de mestrado, faz parte do Plano Geral de Ação da UFRN e resultou da iniciativa tomada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e pelo Departamento de Administração e Contabilidade, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Estes órgãos constituíram um grupo de trabalho com a finalidade de examinar a necessidade e a possibilidade da criação desse curso, havendo no fim a conclusão favorável.

Segundo o professor Carlos Humberto Rios, coordenador do curso, o mesmo conta atualmente com 23 alunos e funciona, ainda, a nível de especialização, com vistas ao mestrado. As inscrições para o curso de especialização, feitas no segundo semestre do ano passado, se restringiram a atender graduados da UFRN, pois o que se pretendia mesmo era fazer uma experiência, a partir da qual se passaria ao mestrado. Como tudo correu muito bem, este passo está sendo dado agora. Iniciado em julho do ano passado, o curso de especialização termina em julho próximo. E os alunos que o concluírem, se tiverem interesse, ingressam automaticamente no mestrado, sem necessidade de concurso de seleção.

QUEM MINISTRA — Atualmente, o curso de especialização em administração conta no seu corpo docente com quatro doutores (PhD): Mário Tomelin, Vitória dos Santos Costa, Ravi Sarathi e Robert Wal-

kson. Conta ainda com 13 mestres: João Freire, Nelson Colossi, Raimundo Souza, Joaquim Elias, Hermano Machado, Nilsa Molina, Fashang Monaiien, Joanilson de Paula Rego, Carlos Humberto Rios, Djalma Freire, João Batista, Vicente Moro e Cid Fonseca.

De acordo com o cronograma de estudo, todos os alunos que concluírem o curso de especialização, a partir de junho próximo começarão a preparar suas teses.

Para este ano, as inscrições já estão abertas desde o dia 1º de março e se encerram a 30 de abril. Enquanto isso, tem andamento normal o curso de especialização em administração, que conta com 23 alunos, quase todos dirigentes e executivos de empresas em Natal.

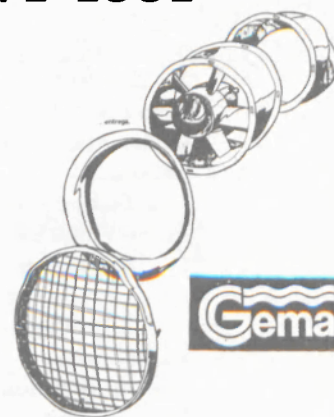
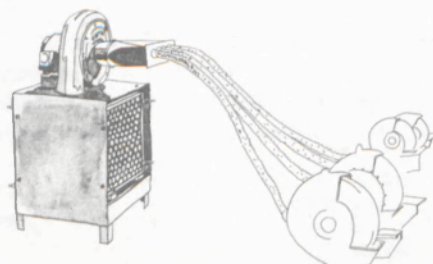
INSCRIÇÕES — Desde o dia 1º do corrente, acham-se abertas as inscrições para o mestrado de administração. Podem se inscrever candidatos de todo o país que possuam nível de educação superior. Haverá seleção de candidatos no mês de junho, prevendo-se o início das aulas para agosto. O curso exigirá tempo integral dos alunos.

Esse é o segundo mestrado em administração no Norte/Nordeste do país, daí merecer do Ministério da

VOCÊ JÁ PENSOU EM MELHORAR O AMBIENTE DE SUA EMPRESA? CÉSAR S/A RESOLVE ESSE PROBLEMA!

VENTILADOR-EXAUSTOR TUBO AXIAL

Modelo GEMA RAG — especialmente construído para renovação de ar, ventilação, exaustão de gases, fumaças, vapores etc.
Instalação fácil e rápida. Pronta entrega.



CONJUNTO CX
Coletor e Separador de Pó

Especialmente para captação de pó em máquinas do tipo retífica, esmeris etc.

CESAR S/A Comércio e Representações
RUA DR. BARATA, 209 — C. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754
NATAL-RN

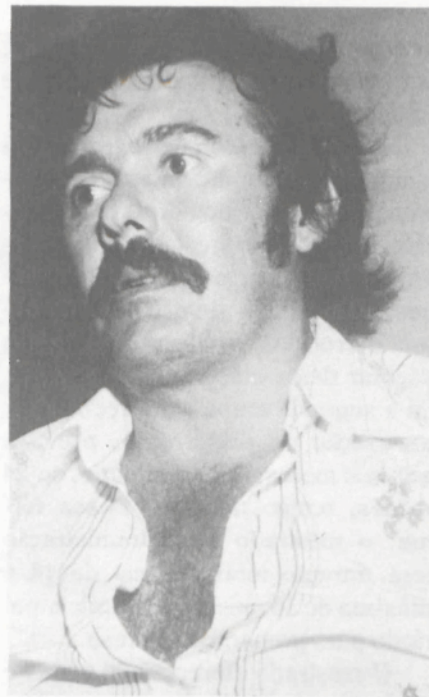
Educação e Cultura uma atenção muito especial. O próprio reitor Domingos Gomes de Lima tem se pronunciado a colocar à disposição do curso todos os recursos necessários.

OBJETIVOS — Para Carlos Humberto Rios, esse mestrado visa suprir a grande deficiência de executivos de alto nível na região e desenvolver pesquisas nas áreas da indústria, do comércio, da administração pública. Principalmente nessa última área, existe uma carência extraordinária de servidores capacitados ao exercício de funções de chefia. Objetiva-se, portanto, acabar com a constante importação de recursos humanos de outros Estados para cá.

O mestre em administração deverá ser um profissional de alto ní-

vel, capaz de formular políticas e estratégias para a ação governamental ou para instituições privadas; deverá ter condições de julgar, decidir, criticar e pré-determinar efeitos que certamente suceder-se-ão à fixação de metas e programas. Assim, espera-se também que este profissional venha a estar preparado para exercer o magistério de nível superior, bem como para desempenhar funções diretivas em organizações de qualquer porte.

ESTRUTURA — O curso de pós-graduação oferecerá como área de concentração "administração geral", segundo informa o coordenador Carlos Humberto Rios. Todavia, visando atender as necessidades específicas do setor público, haverá a possibilidade de uma ênfase acen-



Carlos Rios coordena o mestrado.



Foi feito para você.



REVENDEDOR AUTORIZADO

Natal Veículos e Peças S/A

BR-101 — Km 04 — Neópolis — Fones: 231-1226 e 222-0198 — Natal-RN

tuada em "administração pública", a qual se constituirá em sub-área de concentração.

A realização do curso acontecerá em duas etapas, a primeira compreendendo um período de estudos teórico-práticos, no qual os alunos deverão obter, em no mínimo 12 meses, 35 créditos dentre as disciplinas oferecidas, sendo que o regime escolar desta etapa será trimestral. Já a segunda etapa compreenderá a aprovação de dissertação, prevista em seis meses, tempo mínimo, ou 24 meses, tempo máximo. Dessa forma, o mestrado em administração terá duração total mínima de 18 e máxima de 36 meses, incluindo o período para preparação de tese.

O mestrado oferecerá 20 vagas e terá como unidade executora o Departamento de Administração e Contabilidade da UFRN, à frente o professor Carlos Rios.

PROGRAMAS PARALELOS —

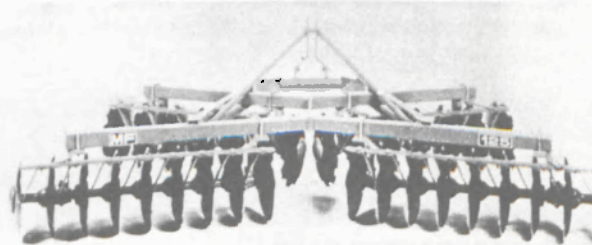
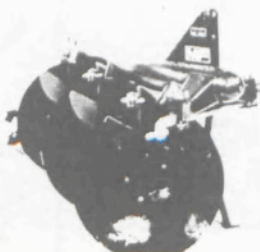
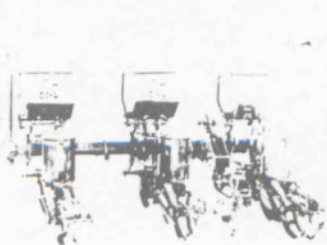
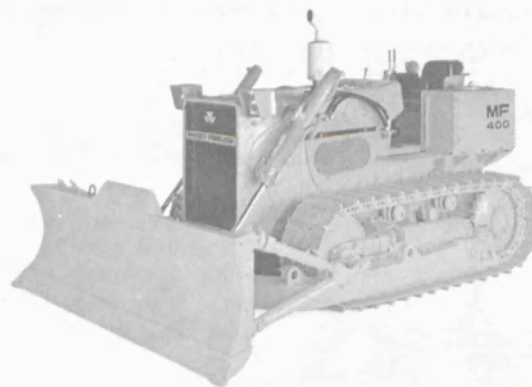


A nível de especialização, o curso já funciona com 23 alunos.

Paralelamente, o programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte oferecerá, na área de administração, alguns cursos de extensão universitária, de curta duração, como o que recentemente foi elaborado para a classe empresarial natalense, sobre "estratégia e análise de investimen-

tos", que é ministrado pelo PhD Ravi Sarathi. Este curso foi iniciado dia 11 do corrente, com aulas exclusivamente aos sábados, sendo portanto dedicado àqueles alunos que não dispõem de muito tempo. Sua carga total será de 30 horas e exige-se apenas que o participante tenha um curso superior.

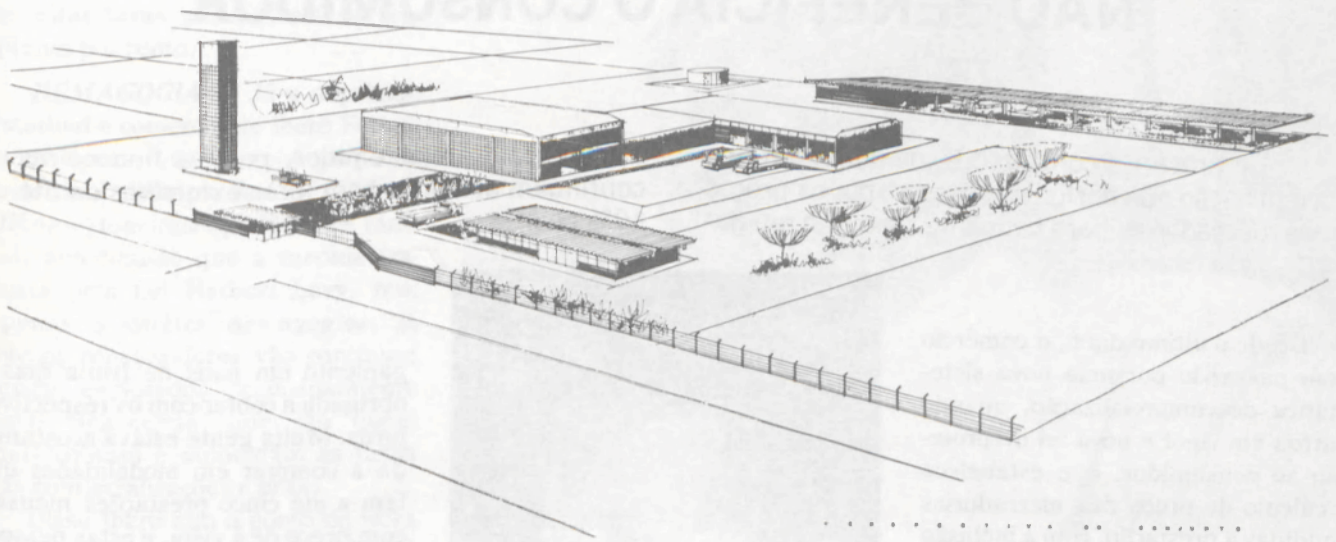
COM A NOVA LINHA MASSEY FERGUSON ESTÁ CADA VEZ MAIS FÁCIL FAZER AGRICULTURA !



JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A

MATRIZ: Rua Teotônio Freire, 283
NATAL — RIO GRANDE DO NORTE
FILIAL: Rua Alfredo Fernandes, 4
MOSSORÓ—RN

INDÚSTRIA E COMÉRCIO JOSÉ CARLOS S/A
PROJETO PARA AS NOVAS INSTALAÇÕES - CABEDELO
ARQUITETA TEREZILHA DINIZ



Café São Braz tem novas instalações

Com o objetivo de dinamizar ainda mais os seus setores de fabricação e distribuição, criando maiores e melhores condições de trabalho para os seus funcionários e, por conseguinte, facilitando a aquisição dos seus produtos por intermédio dos inúmeros clientes espalhados por toda a vasta Região Nordeste, a **Indústria e Comércio José Carlos S/A**, produtora e distribuidora dos produtos **São Braz**, construiu numa área de 15.000 m², no distrito industrial de Cabedelo, no litoral paraibano, as suas novas instalações.

Essa nova unidade industrial do Estado da Paraíba, embora ainda nos primeiros dias de vida, já começa a atingir os seus objetivos, valorizando a mão-de-obra e contribuindo para o avanço industrial da nossa região.

À solenidade de inauguração que aconteceu no início deste ano, estiveram presentes o presidente do Instituto Brasileiro do Café, Sr. Camilo Calazans, o Governador do Estado da Paraíba, Sr. Ivam Bichara, além de representantes do Poder Legislativo e dos diversos setores empresariais do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

A **Indústria e Comércio José Carlos S/A** sente-se gratificada com a demonstração de apoio que recebeu neste início de nova fase e já se conscientizou da importância que passou a exercer na fabricação e distribuição dos produtos **São Braz**.

Agora, o objetivo é procurar sempre corresponder a atenção dos seus clientes, oferecendo, através de todo o seu corpo de diretores e funcionários, as condições ideais para que os seus produtos possam continuar assumindo a liderança na preferência dos clientes e consumidores.

EXPOSIÇÃO DOS PREÇOS NÃO BENEFICIA O CONSUMIDOR

Empresários consultados, demonstram que a legislação que obriga as lojas a expor os preços das mercadorias para venda no crediário em na-

da beneficia o consumidor, pois as financeiras continuam atacando com juros extorsivos de até 10% ao mês.

Desde o último dia 6, o comércio vem passando por uma nova sistemática de comercialização, quando entrou em vigor a nova lei de proteção ao consumidor, que estabelece o cálculo de preço das mercadorias vendidas à prestação, com a inclusão dos juros totais, obrigando o comerciante a publicar estes cálculos até mesmo nas publicidades realizadas. Esta foi a maneira encontrada pelo governo para obrigar o comércio a esclarecer os verdadeiros preços dos produtos, evitando-se alguns abusos contra o consumidor, que no desejo de adquirir bens duráveis, deixava-se levar por campanhas onde se falava em preço à vista e se jogava com preços calculados a partir de taxas e mais taxas de juros, de modo que o despreparado cliente pagava, pela compra no crediário, às vezes o dobro do valor de determinada mercadoria.

No entanto, muitos comerciantes têm se pronunciado contra o espírito da lei, originada de um projeto do deputado paulista Herbert Levy, declarando que a mesma não vai resolver o problema em favor do consumidor, criando apenas confusão e uma falsa sensação de que o mesmo está sendo protegido, pois a lei deixa margem à repetição do erro que se quer consertar, no momento em que permite as financeiras a taxação livre. Alegam estes comerciantes que, em última análise, a medida somente veio trazer benefícios às instituições financeiras, que continuam a cobrar taxas exorbitantes e a se aproveitarem das necessidades do povo.



Zildamir Soares confia nas boas intenções da lei.

Na opinião de Zildamir Soares de Maria, diretor do grupo de lojas *A Sertaneja* (que acredita nas boas intenções da lei, no aspecto de proteção ao consumidor, evitando que o mesmo seja ludibriado por algum comerciante menos escrupuloso), esta nova maneira de comercializar é uma tentativa do governo de combater a inflação, com as pessoas passando a tomar conhecimento de quanto estão realmente pagando por uma mercadoria adquirida. Porém, vai trazer problemas para as empresas que já operavam com prazos curtos e sem juros, pois de acordo com a nova lei, qualquer venda para pa-

gamento em mais de trinta dias é obrigada a contar com os respectivos juros. Muita gente estava acostumada a comprar em modalidades que iam a até cinco prestações mensais com preço de à vista, e estas pessoas irão ser prejudicadas pela nova sistemática.

Por outro lado, citou que mais tarde pode ser que tudo dê certo, pois, quando das restrições impostas ao prazo de financiamentos, muita gente acreditou que o comércio seria prejudicado e o que se viu foi o saneamento de boa parte da clientela, com as casas comerciais passando a operar com clientes mais seguros, o que evitou uma série de negócios duvidosos.

Quanto aos efeitos destas modificações em sua rede de lojas, disse Zildamir que serão mínimos, pois as suas publicidades quase sempre foram realizadas com preços claros, nunca buscando confundir ao consumidor.

Um aspecto que o diretor de *A Sertaneja* fez questão de abordar foi o das financeiras, estas as grandes beneficiadas, tanto que vão poder continuar operando com as mesmas taxas de juros, que chegam às vezes, a atingir mais de 10 por cento ao mês numa compra com prazo de seis meses. Além de tudo, a própria lei deixou claro que as instituições financeiras poderão taxar livremente, enquanto para as casas comerciais que utilizam sistema próprio de financiamento, foi fixada uma margem de apenas 10 por cento, totais, de taxa e juros.

Enquanto isto, as financeiras podem cobrar taxas que variam entre trinta e quarenta por cento, do valor adquirido, existindo casos onde estas taxas ultrapassam os cinquenta por cento.

DEMAGOGIA — Já o deputado estadual e comerciante Iberê Ferreira de Souza, que dirige o grupo de lojas de J. Olímpio & Cia. (*Galeria Olímpio*) tem uma opinião mais radical, acreditando que a medida imposta pela Lei Herbert Levy, tem apenas o caráter demagógico, já que os consumidores vão continuar sendo explorados, principalmente pelas financeiras, que são quem mais cobram e aumentam as taxas nas comercializações a prazo.

Disse Iberê que o ponto de vista dos comerciantes natalenses já foi exposto nas reuniões do Clube de Diretores Lojistas e que todos são unânimes em afirmar que a medida só traz problemas para os comerciantes, enquanto traz benefícios pa-

ra as financeiras. Lembrou que outros CDLs em todo o Brasil vêm se movimentando e procurando ajustar a medida, de modo a que não venha,

como foi inicialmente proposta, beneficiar apenas às instituições ligadas ao mundo bancário, mundo por sinal onde vive o autor do projeto.



Iberê Ferreira é contra o tratamento desigual.

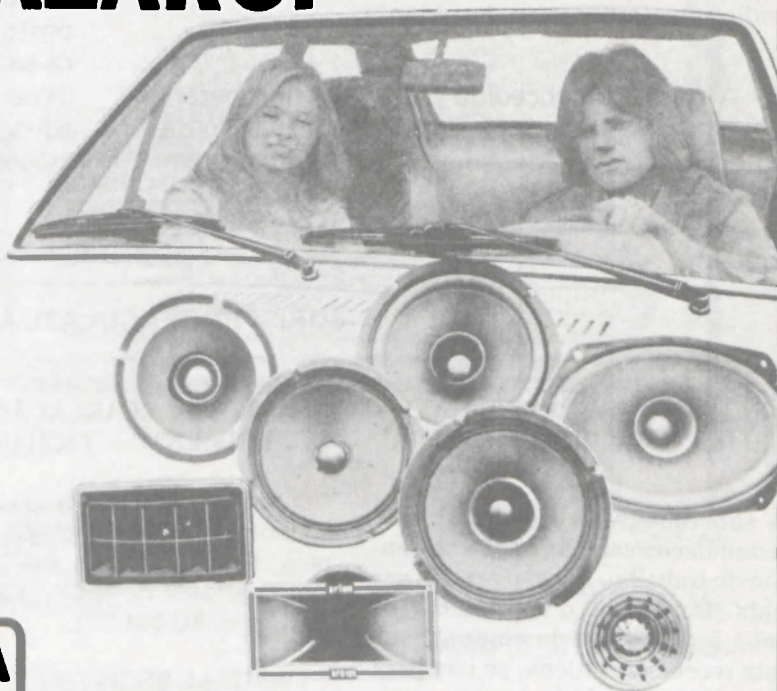
O SOM DO SEU CARRO ESTÁ NA LÁZARO.

COM AMPLIFICADOR



AMPLICAR 1160

A TECNOLOGIA A SERVIÇO DE SUA AUDIÇÃO. E AUTO-FALANTES **ARLEN** A QUALIDADE QUE SE OUVI.



EQUIPADORA LAZARO

O MÁXIMO EM ACESSÓRIOS.

Avenida Deodoro, 431 — telefone (DDD 0842) 222-0284 Natal-RN.

MUDANÇAS NO IMPOSTO DE RENDA

O DOU, de 30.11.77, publicou o Decreto-Lei nº 1.584, que altera a legislação do Imposto de Renda.

Constituem inovações principais:

a) A Lei 6.243, de 24 de setembro de 1975, alterou-se para ensejar aos beneficiários de pecúlio da previdência social isenção do Imposto de Renda na fonte e desnecessidade de referência expressa na declaração de rendimentos respectiva;

b) O desconto do IR na fonte, previsto no Decreto-Lei nº 1.302, de 31.12.1973, passou a orientar-se pelo critério da aplicação de alíquota de 5% (cinco por cento), nas importâncias pagas ou creditadas a pessoas físicas e jurídicas, a título de: juros, indenizações por lucros cessantes, decorrentes de sentença judicial; honorários advocatícios, bem como remuneração pela prestação de serviços no curso de processo judicial, tais como, serviços de engenheiro, médico, contabilista, leiloeiro, perito, assistente técnico, avaliador, síndico, testamentário, liquidante...

A retenção procedida pelo Cartório operar-se-á na Comarca onde se verificar a execução da sentença, no ato do pagamento ou crédito do ren-

dimento, ou no momento em que, por qualquer forma, o recebimento se torne disponível para o beneficiário.

Quanto à classificação dos rendimentos percebidos por pessoas físicas, à título de indenização por lucros cessantes (a **parcela em dinheiro que alguém deixa de perceber por ato ilícito ou inexecução de obrigação de terceiro**), proceder-se-á nas cédulas equivalentes à natureza do rendimento indenizado.

c) No aspecto referente ao rendimento líquido tributável, a regra é a de aplicação da alíquota de 15% (quinze por cento) da receita bruta, se depois de procedidas as reduções permitidas, ainda exceder esse limite.

Cabe observar que não se verificará a incidência do IR quando as indenizações provierem de acidentes do trabalho, de rescisões de contrato de trabalho ou de outros rendimentos, considerados como não tributáveis pela legislação do Imposto de Renda (art. 22, do REIR). Todavia, opera-se a incidência do imposto em relação aos rendimentos auferidos por prestação de serviços de advogado e de outros profissionais, ainda que nas hipóteses acima citadas.

JURISPRUDÊNCIA ATUALIZADA

* RELAÇÃO DE EMPREGO — ELEMENTO PREDOMINANTE

“A subordinação é o elemento que predomina na caracterização do contrato de trabalho. Ela não precisa ser rígida. Desde que o trabalhador se ponha à disposição do empregador, deste recebendo ordens, só isto para a caracterização do laço empregatício” (TFR — RO 2.462-RJ, em 26.5.77).

* PROVA — ACAREAÇÃO — INDEFERIMENTO — LICITUDE

“O indeferimento da acareação não constitui cerceamento de defesa, pois ela não é direito das partes, e sim faculdade do juiz” (TRT — 1ª Região — RO 164/77).

* CAMBIAL-REGISTRO

“A promissória não registrada não é nula e sim inexigível por execução,

mas pode ser cobrada por via ordinária, constituindo início de prova” (TJP-Ap. 880/77).

* **CONSULTAS & SUGESTÕES** para esta coluna devem ser enviadas ao Dr. Ney Lopes de Souza, no endereço de RN-ECONÔMICO, ou do Escritório de Advocacia, sito à avenida Rio Branco, 571 — sala 1009 (Edifício Barão do Rio Branco). Fone: 222-1226 (DDD 084).

Participe conosco do desenvolvimento do nosso estado. Estamos empenhados neste trabalho há 46 anos.

MAIS DE 15 MIL ARTIGOS EM ESTOQUE.

- Consulte-nos pelo telefone.
- Solicite a presença do nosso vendedor.
- Use a contracapa do catálogo telefônico.

GALVÃO MESQUITA
FERRAGENS S.A.

FERRAGENS EM GERAL
MATERIAL P/CONSTRUÇÃO FERRO

Bronze · Cabos de Aços e Acessórios · Chapas · Tubos
Artigos para Indústrias
BOMBAS HIDRÁULICAS e MOTORES ELÉTRICOS
Tudo para Piscinas.

NOVA FILIAL
SUPERMERCADO DE FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
FONE:
Rua Segunda Mourão, 651 - Natal - RN

MATRIZ: Rua Dr. Barreto, 217-219 - FONES: 222-2988 — 222-2989 — 222-4165 — 222-4142 — 222-2819
FILIAL: Rua Dr. Maria Inês, 1831 - FONE: 222-2149

FINANCIAMOS SUA COMPRA

SUAS AMIGAS DESDE 1932
"TRADIÇÃO QUE SE MODERNIZA"
COMPRANDO BEM PARA VENDER MELHOR

FINANCIAMOS SUA COMPRA

CASA LUXA

MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL
TINTAS YPIRANGA E CORAL
LUSTRES · PLAFONS PENDENTES
ARANDELAS · LUMINÁRIAS
FLUORESCENTES E ARTIGOS P/PRESENTES

MATRIZ: Rua Dr. Barreto, 194/200 - FONES: |222-0048|222-3008
FILIAL: Av. Rio Branco, 642 - FONES: |222-2841|222-3024

Natal - RN

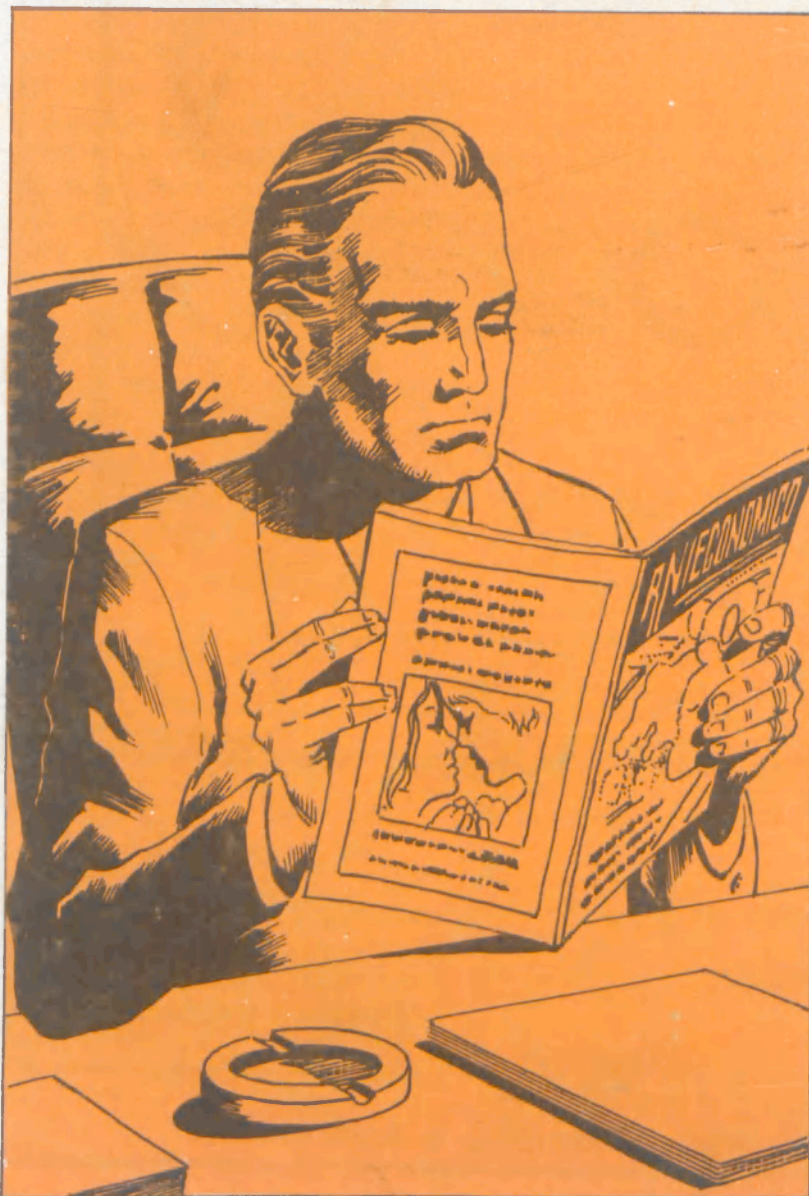
Galvão Mesquita Ferragens S/A
Supermercado da construção.

Casa Lux S/A
Material elétrico,
tintas e presentes.

6 LOJAS

Ribeira, Cidade, Barro Vermelho e Alecrim.

Empresa importante publica balanço em RN/ECONÔMICO



Quando você publica o balanço da sua empresa é porque você deseja que ele seja lido por quem entende. E quem lê RN-ECONÔMICO, entende de balanço! São milhares de leitores no Rio Grande do Norte, a maioria de comerciantes, industriais, investidores, políticos, administradores, profissionais liberais. Todos querem saber como anda a sua empresa. Por isso, programe RN-ECONÔMICO na hora de publicar balanço.